

Prospecto de Distribuição Pública das Quotas da Primeira Emissão do

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES PRIVATE EQUITY BRAZIL MULTI-STRATEGY I**

C.N.P.J./M.F. n.º 08.607.591/0001-71

Administração e Distribuição



Mellon

---

Mellon Serviços Financeiros

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Distribuição pública de até 500 (quinhentas) quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, da primeira emissão ("Quotas" e "Primeira Emissão", respectivamente) do Fundo de Investimento em Participações Private Equity Brazil Multi-Strategy I ("Fundo"), totalizando:

---

**R\$ 500.000.000,00**  
**(quinhentos milhões de reais)**

---

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 391/03"), tem por objetivo preponderante obter rendimentos de longo prazo a seus Quotistas, por meio de investimentos em diversos setores da economia brasileira, mediante a aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a CVM, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários").

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado ("Oferta"), coordenada pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, na qualidade de administrador do Fundo ("Administrador"). A Primeira Emissão é composta por até 500 (quinhentas) Quotas, e, no mínimo, 250 (duzentas e cinquenta) Quotas, com preço inicial de emissão de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma, totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) e, no mínimo, R\$ 250.000.000,00 (duzentas e cinquenta milhões de reais).

O Fundo foi constituído e a Primeira Emissão foi deliberada por ato do Administrador, em 16 de fevereiro de 2007, sendo que seu regulamento, conforme alterado, foi registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 16 de fevereiro de 2007, sob n.º 722117 ("Regulamento"). A Oferta foi registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

Os investidores devem ler a Seção Fatores de Risco deste Prospecto. Ainda que o Administrador e o Gestor (conforme abaixo definido) mantenham sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

**As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção 3 deste Prospecto, nas páginas 16 a 19.**

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida ao Administrador, bem como da remuneração devida ao Gestor, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, consequentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial da Carteira, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão. Tais estratégias de derivativos, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas do Fundo.

**"A autorização para funcionamento do Fundo e/ou negociação das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo."**

A data deste Prospecto é 26 de fevereiro de 2007.

## ÍNDICE

<b>1. DEFINIÇÕES</b>	<b>5</b>
<b>2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA</b>	<b>10</b>
Características da Oferta .....	11
Negociação das Quotas.....	13
Custos de Distribuição Pública das Quotas.....	13
Outras Informações .....	13
Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes .....	14
Declaração do Administrador .....	15
<b>3. FATORES DE RISCO</b>	<b>16</b>
Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida .....	17
Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários .....	17
Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários .....	17
Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas.....	18
Concentração da Carteira .....	18
Não Existência de Garantia de Rentabilidade .....	18
Riscos Provenientes do Uso de Derivativos .....	18
Outros Riscos.....	19
<b>4. FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES PRIVATE EQUITY BRAZIL MULTI-STRATEGY I</b>	<b>20</b>
Forma, Base Legal e Prazo de Duração .....	21
Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento .....	21
Administração e Gestão do Fundo .....	21
Prestadores de Serviço do Fundo .....	23
Objetivo do Fundo .....	23
Comitê de Investimento .....	24
Investimentos do Fundo.....	24
Período de Investimento e Período de Desinvestimento .....	27
Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas.....	28
Condições de Amortização e Resgate das Quotas .....	32
Demonstrações Contábeis .....	33
Inadimplência dos Quotistas .....	34
Liquidação .....	35
Assembléia Geral de Quotistas .....	36
Situações de Conflitos de Interesses.....	36
Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo .....	36
Remuneração .....	38
Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo .....	41
Atendimento aos Quotistas.....	43

Anexo I - Cópia da Deliberação de Alteração do Regulamento e Aprovação da Primeira Emissão de Quotas do Fundo

Anexo II - Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

Anexo III - Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03

## **1. DEFINIÇÕES**

---

## DEFINIÇÕES

**Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:**

Administrador	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos de investimento e gestão de carteira de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61
Aplicações Financeiras	Aplicações financeiras para a utilização de eventuais excedentes de caixa do Fundo com o objetivo principal de preservação de seu valor econômico ou de pagamento de despesas e encargos do Fundo, que consistirá na alocação de recursos do Fundo em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou de emissão do Banco Central do Brasil, operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou em títulos de emissão do Banco Central do Brasil, certificados de depósito bancário (CDBs) emitidos por instituições financeiras, ou, ainda, quotas de fundos de investimento classe renda fixa ou referenciado DI
Auditores Independentes	Na data deste Prospecto, a empresa de auditoria contratada pelo Fundo era a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra, n.º 127, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 49.928.567/0001-11
Capital Integralizado	O valor total de capital entregue ao Fundo a título de integralização de Quotas durante o prazo de duração do Fundo
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, conforme descrita no item 4.7.1 abaixo
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP
Chamadas de Capital	Ocasões em que os Quotistas do Fundo serão chamados a aportar recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, conforme orientação do Gestor, na medida em que o Gestor identifique necessidade de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) para o pagamento de despesas e encargos referentes às operações do Fundo, nos termos descritos no Regulamento, até que todas as Quotas subscritas no âmbito da Oferta

Co-Investimento	tenham sido integralizadas
Comitê de Investimento	Investimentos realizados por quaisquer terceiros interessados juntamente com o Fundo em uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, mediante convite do Gestor
Companhia(s) Investida(s)	O comitê de investimento do Fundo formado por até 5 (cinco) membros, escolhidos pelo Gestor dentre pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes do Gestor e/ou dos Quotistas, o qual terá por função principal auxiliar o Gestor a executar a política de investimento do Fundo e a definir estratégias de investimento, gestão das Companhias Investidas e desinvestimento, sempre no melhor interesse dos Quotistas e de forma a observar o disposto no Regulamento e as decisões das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo
Companhia(s) Alvo	As Companhias Alvo que efetivamente receberem aporte de recursos pelo Fundo, nos termos do Regulamento
Compromisso de Investimento	As companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, nos termos do Regulamento
Custo de Oportunidade	Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas, que será assinado pelo investidor na data de subscrição de suas Quotas, por meio do qual o investidor se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as Quotas por ele subscritas na medida em que o Administrador realize Chamadas de Capital
Custodiante	Custo de oportunidade de 12% a.a. (doze por cento ao ano)
CVM	O Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/ n.º, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 60.746.948/0001-12
Data de Início	Comissão de Valores Mobiliários
Empréstimos	A data de início oficial das atividades do Fundo, a qual será comunicada aos Quotistas pelo Administrador, conforme orientação do Gestor após o cumprimento dos requisitos descritos no Regulamento, mediante comunicação escrita enviada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência
Instrução CVM n.º 391/03	Empréstimos que poderão ser concedidos por organismos multilaterais, agências de fomento e/ou bancos de desenvolvimento, que possuam recursos provenientes de contribuições e quotas integralizadas majoritariamente com recursos orçamentários de um único ou diversos governos, e cujo controle seja governamental ou multi-governamental, a critério do Gestor, de acordo com os limites previstos no Regulamento
	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 391, de 16 de julho de

Instrução CVM n.º 400/03	2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada
IPC-A	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
Limite Máximo de Participação no Fundo	Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPC-A, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas
Oferta	Limite correspondente às Quotas que representem percentual igual a 39% (trinta e nove por cento) do patrimônio líquido do Fundo, o qual, após a data de encerramento da Primeira Emissão, não poderá ser ultrapassado por Quotista do Fundo que seja investidor não residente, computando-se as Quotas detidas de forma direta ou indireta, por meio de controladores, controladas ou entidades ligadas
Partes Relacionadas do Administrador	A distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão São partes relacionadas ao Administrador: (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador ou o Gestor detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social; (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador ou do Gestor; (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no item (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente
Patrimônio Comprometido	O patrimônio inicial do Fundo, após o encerramento da colocação da Primeira Emissão
Patrimônio Comprometido Mínimo	O patrimônio mínimo do Fundo após a Primeira Emissão, correspondente a R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), representados por 250 (duzentas e cinquenta) Quotas
Performance Projetada	A projeção da performance devida ao Gestor nas hipóteses de renúncia, substituição ou destituição do mesmo, calculada nos termos do item 4.17.2. deste Prospecto
Período de Investimento	A projeção da performance devida ao Gestor nas hipóteses de renúncia, substituição ou destituição do mesmo, calculada nos termos do item 4.17.2. deste Prospecto
Período de Desinvestimento	O período em que os investimentos do Fundo serão realizados, que será iniciado na Data de Início e será encerrado (i) ao final do quarto ano posterior à Data de Início, ou (ii) na data em que o Gestor entender não ser mais necessária a realização de qualquer investimento pelo Fundo, conforme comunicação por escrito a ser encaminhada aos Quotistas pelo Administrador, o que ocorrer primeiro
	O período compreendido entre o final do Período de Investimento até o



Preço de Emissão	término do prazo de duração do Fundo O valor nominal inicial de emissão das Quotas da Primeira Emissão, na primeira data de emissão, correspondente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais)
Preço de Integralização	Preço de integralização das Quotas do Fundo, correspondente ao Preço de Emissão atualizado pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, desde a data em que ocorrer a primeira integralização de quotas da Primeira Emissão até a data da efetiva integralização
Primeira Emissão	A primeira emissão de Quotas do Fundo, a qual será correspondente a, no mínimo, R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), representados por 250 (duzentas e cinquenta) Quotas, e, no máximo, R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), representado por 500 (quinhentas) Quotas
Prospecto	Este prospecto do Fundo de Investimento em Participações Private Equity Brazil Multi-Strategy I
Quotas	Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo
Quotistas	Investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo
Quotista Inadimplente	Quotista que deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento
Regulamento	O regulamento do Fundo, anexo a este Prospecto
Resgate Compulsório	O resgate compulsório realizado pelo Administrador nas hipóteses previstas no Regulamento
SFF	Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP
Taxa de Administração	A remuneração devida ao Administrador e ao Gestor pelos serviços de administração e gestão da Carteira do Fundo, calculada conforme o item 4.17 deste Prospecto
Taxa de Performance	A remuneração devida ao Gestor pela performance na gestão da Carteira, calculada conforme o item 4.17 deste Prospecto
Valores Mobiliários	Ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações emitidos por companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a CVM, que serão alvo de investimento pelo Fundo

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo.

## **2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA**

---

## **TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA**

### **2.1. Características da Oferta**

#### *2.1.1. A Oferta*

As Quotas da Primeira Emissão serão objeto de distribuição pública sob o regime de melhores esforços de colocação, exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida exclusivamente pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de instituição administradora do Fundo.

#### *2.1.2. Público Alvo da Oferta*

O Fundo é destinado exclusivamente à participação de investidores qualificados, assim classificados nos termos da regulamentação editada pela CVM relativamente aos fundos de investimentos, conforme disposto no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

#### *2.1.3. Registro da Oferta das Quotas*

A Oferta foi registrada na CVM nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03.

#### *2.1.4. Quantidade de Quotas da Primeira Emissão*

A Primeira Emissão é composta por até 500 (quinhentas) Quotas, e, no mínimo, 250 (duzentas e cinquenta) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, com preço inicial de emissão de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma, totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) e, no mínimo, R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

#### *2.1.5. Preço de Emissão no Âmbito da Oferta*

O Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão, na data de emissão, foi fixado em R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por Quota.

#### *2.1.6. Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas e Prazo de Colocação*

No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas da Primeira Emissão, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da

assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável. As Quotas da Primeira Emissão que não forem subscritas no prazo acima referido serão canceladas pelo Administrador.

As Quotas do Fundo da Primeira Emissão deverão ser integralizadas durante o prazo máximo de 7 (sete) anos contados da data de registro do Fundo e da Primeira Emissão na CVM.

As Quotas do Fundo serão integralizadas mediante Chamadas de Capital apresentadas pelo Administrador, pelo Preço de Integralização. Somente serão realizadas integralizações de Quotas subscritas pelos Quotistas na medida em que o Gestor identifique necessidades de recursos pelo Fundo para (i) arcar com os gastos do Fundo, e (ii) realizar investimentos em Valores Mobiliários, nos termos e condições estabelecidos no Regulamento.

O pagamento do Preço de Integralização será realizado em moeda corrente nacional e em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis ao Administrador, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

#### *2.1.7. Cronograma de Etapas da Oferta*

<b>Início da Oferta</b>	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a publicação do anúncio de início.
<b>Prazo de Colocação</b>	As Quotas representativas do Patrimônio Comprometido deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM.
<b>Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores</b>	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção de adquirir Quotas no âmbito da Oferta junto ao Administrador, a qualquer momento a partir do 1º (primeiro) dia útil do prazo de colocação e até 2 (dois) dias úteis anteriores à data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta, por meio da assinatura dos respectivos Compromissos de Investimento e boletins de subscrição de Quotas.
<b>Distribuição junto ao público</b>	As Quotas serão colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.
<b>Subscrição e Integralização de Quotas</b>	No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e no Prospecto. A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Comprometido deverá ser realizada no prazo máximo de 7 (sete) anos contados da data de registro do

	Fundo e da Primeira Emissão na CVM.
<b>Divulgação do Resultado da Oferta</b>	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da publicação de anúncio de encerramento no periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo.

#### *2.1.8. Valor Mínimo de Investimento*

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo que não existirá valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista no Fundo.

### **2.2. Negociação das Quotas**

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP.

Observado o disposto no Regulamento, as Quotas do Fundo poderão ser transferidas, desde que totalmente integralizadas, por meio de livre negociação, mediante prévia anuência do Gestor. O cessionário deverá necessariamente ser um investidor qualificado, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04 e observar o Limite Máximo de Participação no Fundo estabelecido para investidores não residentes, se for o caso.

### **2.3. Custos de Distribuição Pública das Quotas**

Além dos custos relativos ao pagamento da taxa de registro da Oferta perante a CVM e às publicações relativas à Oferta, o Administrador não incorreu em outros custos relacionados à distribuição pública das Quotas. Tendo em vista que o Administrador, na qualidade de sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, será o único responsável pela distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão junto ao público investidor, não serão devidas pelo Fundo quaisquer comissões referentes à colocação pública das Quotas da Primeira Emissão.

Adicionalmente, os custos relativos à contratação dos Auditores Independentes somente serão incorridos pelo Fundo a partir do início das atividades do Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a colocação pública das Quotas.

### **2.4. Outras Informações**

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP e/ou à sede do Administrador, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

**Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar  
Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Simone Rosa  
Tel.: (21) 3974-4535  
Fax.: (21) 3974-4501  
Correio Eletrônico: [clientservice@mellonbrasil.com.br](mailto:clientservice@mellonbrasil.com.br)  
Website: [www.mellonservicosfinanceiros.com.br](http://www.mellonservicosfinanceiros.com.br)

#### **Comissão de Valores Mobiliários – CVM**

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar  
Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares  
São Paulo – SP  
Website: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

#### **Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP**

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar  
Rio de Janeiro - RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar  
São Paulo - SP  
Website: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

### **2.5. Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes**

#### *2.5.1. Assessores Legais*

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados  
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447  
São Paulo – SP

At.: Dra. Marina Procknor  
Tel.: (11) 3147-7822  
Fax: (11) 3147-7770  
Correio eletrônico: [marina@mattosfilho.com.br](mailto:marina@mattosfilho.com.br)

#### *2.5.2. Auditores Independentes*

Os auditores responsáveis pela auditoria/revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Rua José Guerra, n.º 127

São Paulo – SP

Tel.: (11) 5186-1000

Fax: (11) 5186-6981

Website: [www.deloitte.com.br](http://www.deloitte.com.br)

## **2.6. Declaração do Administrador**

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição responsável pela colocação pública das Quotas da Primeira Emissão, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. José Carlos Xavier de Oliveira, na qualidade de diretor estatutário do Administrador, e Luísa Saboia, na qualidade de procuradora do Administrador.

### **3. FATORES DE RISCO**

---



## **FATORES DE RISCO**

*Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.*

*As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.*

### **3.1. Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida**

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas Quotas a qualquer momento. A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, sendo que, exceto pelo Resgate Compulsório, as Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo. O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, mediante ordem do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos e/ou desinvestimentos nos Valores Mobiliários sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento referentes à integralização de suas Quotas e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

### **3.2. Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários**

Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

### **3.3. Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários**

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e,

conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

### **3.4. Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas**

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes preponderantemente dos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

### **3.5. Concentração da Carteira**

Os investimentos do Fundo, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos a variações de mercado e a riscos inerentes aos emitentes dos ativos integrantes da Carteira e a riscos de crédito, de modo geral, não podendo o Administrador ou o Gestor, em hipótese alguma, serem responsabilizados por qualquer depreciação dos ativos da Carteira ou por eventuais prejuízos impostos aos Quotistas do Fundo, salvo nos casos previstos no Regulamento. Ainda, o Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e/ou poderá realizar investimentos em Aplicações Financeiras de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto no Capítulo II do Regulamento, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para as Aplicações Financeiras que poderão compor a Carteira do Fundo. O disposto neste parágrafo implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em um único emissor e em risco de pouca liquidez para o Fundo, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

### **3.6. Não existência de Garantia de Rentabilidade**

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas do Fundo.

### **3.7. Riscos Provenientes do Uso de Derivativos**

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores às que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

### **3.8. Outros Riscos**

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

#### **4. FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES PRIVATE EQUITY BRAZIL MULTI-STRATEGY I**

## **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES PRIVATE EQUITY BRAZIL MULTI-STRATEGY I**

*Os termos utilizados nesta seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na seção "Definições" deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.*

### **4.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração**

O Fundo de Investimento em Participações Private Equity Brazil Multi-Strategy I, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM n.º 391/03, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo tem prazo de duração de 7 (sete) anos contados da Data de Início, prorrogáveis por até 2 (dois) anos, mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento.

### **4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento**

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, assim classificados nos termos da regulamentação editada pela CVM relativamente aos fundos de investimentos, conforme disposto no artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409/04.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo que não existirá valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista no Fundo.

### **4.3. Administração e Gestão do Fundo**

#### *4.3.1. Administrador e Gestor*

O Fundo é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, que também será responsável pela controladoria do Fundo. O Administrador contratou a Capitânia Gestores Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tavares Cabral, n.º 102, 6º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 04.274.010/0001-76, sociedade devidamente autorizada pela CVM para gerir carteira de títulos e valores mobiliários, para realizar a gestão da Carteira do Fundo.

O diretor do Administrador responsável civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, nos termos da regulamentação em vigor, é o

Sr. José Carlos Xavier de Oliveira, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 04.667.892 IFP/RJ, inscrito no C.P.F./M.F. sob n.º 003.888.737-10.

Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos do Regulamento, o Administrador tem poderes para tomar todos os atos que se façam necessários à administração e operacionalização do Fundo e o Gestor tem poderes para gerir a carteira do Fundo, de acordo com os limites descritos no Regulamento, bem como exercer todos os direitos inerentes aos Valores Mobiliários e às Aplicações Financeiras integrantes da Carteira do Fundo, inclusive o de representar o Fundo em juízo e fora dele, de eleger membros para cargos de administração das Companhias Investidas, comparecer e votar em assembleias de acionistas das Companhias Investidas, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, e reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie, exercer direito de ação, negociar estatutos sociais e contratos sociais das Companhias Investidas e eventuais alterações, assim como firmar contratos de compra e venda de valores mobiliários, acordos de acionistas e/ou acordos de investimento, conforme o caso, observadas as limitações do Regulamento e da legislação em vigor, notadamente ao que se refere à política de investimento do Fundo.

#### *4.3.2. Substituição do Administrador e do Gestor*

O Administrador ou o Gestor deverão ser substituídos: (i) nas hipóteses de descredenciamento para o exercício da atividade de administrador de carteira de valores mobiliários, por decisão da CVM; (ii) caso renunciem às suas funções, mediante aviso prévio de 60 (sessenta dias), endereçado a cada um dos Quotistas e à CVM; e (iii) nas hipóteses de destituição por deliberação da Assembleia Geral de Quotistas.

#### *4.3.3. Renúncia do Administrador e do Gestor*

O Administrador poderá renunciar à administração do Fundo, mediante comunicação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição, a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da comunicação de que trata esse parágrafo. Independentemente do disposto acima, na hipótese de renúncia, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo até que outra instituição venha a lhe substituir, devendo receber, para tanto, a remuneração que lhe for devida nos termos do Regulamento e que seja referente ao período em que permanecer em seu cargo. O Gestor poderá renunciar à gestão do Fundo, mediante comunicação por escrito endereçada ao Administrador, a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a substituição do Gestor, a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da comunicação de que trata esse parágrafo. Independentemente do disposto acima, na hipótese de renúncia, o Gestor continuará obrigado a prestar os serviços de gestão da Carteira do Fundo até que outra instituição venha a lhe substituir, devendo receber, para tanto, a sua parcela da remuneração referente ao período em que permanecer em seu cargo, conforme descrito no Regulamento.

#### *4.3.4. Destituição do Administrador e do Gestor*

Além da hipótese de renúncia descrita no item 4.3.3. acima, o Administrador ou o Gestor poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas. Sem prejuízo do disposto no item 4.17 abaixo, na hipótese do Gestor ser destituído pela Assembléia Geral de Quotistas do Fundo sem apresentação de justa causa para tal destituição, o Gestor fará jus a uma comissão por destituição sem justa causa correspondente a um valor igual à Taxa de Administração que seria devida ao Administrador, desde a data de destituição sem justa causa do Gestor até a data de encerramento do Fundo.

Para os fins de apuração da comissão por destituição sem justa causa devida ao Gestor, será considerada justa causa a comprovação de que o Gestor, ou qualquer empresa por ele controlada ou a ele ligada, (i) atuou com culpa, negligência, imprudência, imperícia, fraude ou violação, no desempenho de suas funções e responsabilidades como gestor ou em qualquer outra forma de relacionamento com o Fundo; (ii) descumpriu obrigações legais ou contratuais que deveria observar como gestor; (iii) foi condenado em última instância por crime de fraude ou por crime contra o sistema financeiro, ou ainda; (iv) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, em qualquer mercado do mundo, atividades no mercado de valores mobiliários.

#### **4.4. Prestadores de Serviço do Fundo**

##### *4.4.1. Custodiante*

A custódia dos Valores Mobiliários e Ativos Financeiros integrantes da Carteira e a escrituração das Quotas serão realizadas por instituição devidamente qualificada a prestar serviços de custódia e escrituração, o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n.º, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 60.746.948/0001-12. Os serviços prestados pelo Custodiante ao Fundo constituem encargos do Fundo.

##### *4.4.2. Auditor Independente*

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra, n.º 127, Chácara Santo Antônio, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 49.928.567/0001-11, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação.

#### **4.5. Objetivo do Fundo**

O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos de longo prazo a seus Quotistas, por meio de investimentos em diversos setores da economia brasileira, mediante a aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a CVM.

Na avaliação de investimento em Valores Mobiliários, o Gestor levará em consideração principalmente aquelas companhias com alto potencial de crescimento, vantagens competitivas sustentáveis, administração profissional, comprometimento com as melhores práticas de governança corporativa, incluindo, mas não se limitando, a companhias que se encontrem em “situações especiais”, tais como deslocamentos, reestruturações, sucessões, processos de abertura de capital e aquisição de controle pela respectiva administração, entre outras.

Os investimentos do Fundo em Valores Mobiliários deverão possibilitar a participação do Fundo no processo decisório das Companhias Investidas, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente através da indicação de membros nos respectivos Conselhos de Administração ou diretorias, sem prejuízo das demais disposições contidas no parágrafo abaixo.

A participação do Fundo no processo decisório de cada Companhia Investida poderá ocorrer por uma das seguintes maneiras: (i) detenção de ações que integrem o bloco de controle da Companhia Investida, (ii) celebração de acordo de acionistas ou acordos de investimento, ou, ainda, (iii) celebração de contratos de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão de cada Companhia Investida.

#### **4.6. Comitê de Investimento**

O Fundo terá um Comitê de Investimento, que terá por função principal auxiliar o Gestor a executar a política de investimento do Fundo e a definir estratégias de investimento, gestão das Companhias Investidas e desinvestimento, sempre no melhor interesse dos Quotistas e de forma a observar o disposto no Regulamento e as decisões das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo. O Comitê de Investimento será formado por até 5 (cinco) membros, escolhidos pelo Gestor dentre pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes do Gestor e/ou dos Quotistas. Os membros do Comitê de Investimento não terão qualquer remuneração pelas suas atividades e terão mandato pelo prazo de duração do Fundo, podendo renunciar ao cargo ou ser substituídos pelo Gestor, a seu exclusivo critério, antes do término de tal prazo.

#### **4.7. Investimentos do Fundo**

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nas Aplicações Financeiras serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

Adicionalmente aos requisitos descritos acima, Companhias Alvo sem registro de companhia aberta na CVM somente poderão ser alvo de investimento do Fundo se, à época do investimento inicial por parte do Fundo, adotem cumulativamente as seguintes práticas de governança corporativa:



- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias, sendo que à época da realização de investimento pelo Fundo não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Alvo em circulação;
- (ii) os membros do Conselho de Administração, quando houver, deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) disponibilização de informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da companhia, se houver;
- (iv) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) no caso de abertura de seu capital, deverão obrigar-se perante o Fundo a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previsto nos itens anteriores; e
- (vi) ter suas demonstrações contábeis auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

#### *4.7.1. Formação e Composição da Carteira*

A Carteira do Fundo será composta exclusivamente por:

- (i) Valores Mobiliários;
- (ii) Aplicações Financeiras;
- (iii) contratos de opção de compra ou venda dos Valores Mobiliários ou dos valores mobiliários nos quais os Valores Mobiliários possam ser convertidos, desde que tais contratos de opção sejam celebrados exclusivamente para fins de proteção da posição da Carteira; ou
- (iv) Empréstimos.

Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo, conforme descrito acima, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no item (vi) abaixo, os recursos em moeda corrente nacional que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas deverão ser

utilizados (a) para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Alvo ou Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital e (b) para o pagamento de despesas e encargos do Fundo;

- (ii) os Valores Mobiliários que sejam eventualmente entregues ao Fundo como forma de integralização de Quotas, na forma prevista no Regulamento, serão imediatamente incorporados à Carteira do Fundo;
- (iii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão direcionados para Aplicações Financeiras e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos Valores Mobiliários e Aplicações Financeiras e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas ou aos prestadores de serviços do Fundo, tais recursos deverão ser mantidos em Aplicações Financeiras e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (v) os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e em Aplicações Financeiras e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, não poderão ser superior a 90 (noventa) dias, observado que o Gestor terá a faculdade descrita no item (vi) abaixo por prazo indeterminado;
- (vi) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo alocado em Aplicações Financeiras e/ou em outros ativos, conforme descritos nos itens (iii) e (iv) do parágrafo acima, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo e/ou sejam utilizados para fins de proteção da posição da Carteira, nos termos da regulamentação e do Regulamento; e
- (vii) caso investimentos do Fundo em Valores Mobiliários não sejam realizados dentro do prazo previsto no item (i) acima, o Gestor informará tal fato ao Administrador, que deverá convocar imediatamente Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre (a) a prorrogação do prazo referido no item (i) acima ou (b) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas e que sejam referentes aos

investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados e que não tenham se concretizado por qualquer razão.

Os dividendos, juros sobre o capital próprio, rendimentos e quaisquer outros direitos oriundos dos Valores Mobiliários, das Aplicações Financeiras e dos contratos de opção referidos acima que venham a compor a Carteira serão utilizados para (i) o pagamento das obrigações, cobranças e despesas operacionais do Fundo; (ii) o pagamento dos tributos devidos com relação às operações do Fundo, se for o caso; e/ou (iii) a amortização proporcional das Quotas de cada Quotista do Fundo, à critério do Gestor, observados os procedimentos descritos no Regulamento.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão.

#### *4.7.2. Investimentos e Operações sujeitos à aprovação dos Quotistas*

Salvo aprovação de Quotistas titulares da maioria das Quotas emitidas, é vedado o investimento do Fundo em Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor, os membros dos comitês ou conselhos criados pelo Fundo e Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no item anterior que:
  - (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
  - (b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da Companhia Alvo emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.

Salvo aprovação de Quotistas titulares da maioria das Quotas emitidas pelo Fundo, é igualmente vedada a realização de operações pelo Fundo, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas na alínea (i) do parágrafo anterior, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo Administrador ou pelo Gestor.

#### **4.8. Período de Investimento e Período de Desinvestimento**

Os investimentos do Fundo serão realizados durante o período de investimento, que será iniciado na Data de Início e será encerrado (i) ao final do quarto ano posterior à Data de Início, ou (ii) na data em que o Gestor entender não ser mais necessária a realização de qualquer investimento pelo Fundo, conforme comunicação por escrito a ser encaminhada aos Quotistas pelo Administrador, o que ocorrer primeiro. A liquidação dos ativos integrantes da Carteira do Fundo será realizada durante o Período de Desinvestimento, mas, caso o Gestor entenda ser no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas, o Gestor poderá proceder à venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do término do Período de Investimento, mediante comunicação por escrito do fato aos Quotistas que será encaminhada pelo Administrador, a qual conterá as justificativas para as ações tomadas pelo Gestor no exercício de suas atribuições para com o Fundo.

Será permitida a prorrogação do prazo do Período de Investimento, a exclusivo critério do Gestor. Caso o Gestor decida exercer a faculdade descrita neste parágrafo, o Gestor solicitará ao Administrador que informe tal fato aos Quotistas, por escrito.

Findo o Período de Investimento e até o término do prazo de duração do Fundo, o Gestor dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível.

Será permitida a prorrogação do prazo do Período de Desinvestimento, a exclusivo critério do Gestor, e mediante autorização da Assembleia Geral de Quotistas.

Os recursos utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito no Regulamento e neste Prospecto.

#### **4.9. Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas**

##### *4.9.1. Características das Quotas e Direitos Patrimoniais*

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e são de uma única classe.

Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa e serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares.

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

##### *4.9.2. Patrimônio Comprometido, Patrimônio Comprometido Mínimo e Registro das Quotas*

O patrimônio inicial do Fundo, após a Primeira Emissão, será formado por até 500 (quinhentas) Quotas e, no mínimo, 250 (duzentas e cinquenta) Quotas, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Primeira Emissão.

O Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão será correspondente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) e, no mínimo, R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

A propriedade das Quotas do Fundo será evidenciada pelo correspondente registro do nome do Quotista no livro de registro de Quotistas do Fundo.

#### *4.9.3. Valor das Quotas para fins de Amortização e Resgate*

Para fins de amortização e resgate, as Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

#### *4.9.4. Direito de Voto*

Todas as Quotas têm direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

#### *4.9.5. Condições de Emissão e Subscrição de Quotas do Fundo*

A emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

Na hipótese de emissão de novas quotas do Fundo, mediante autorização da Assembléia Geral de Quotistas, o valor das novas Quotas, para fins de emissão, subscrição e integralização, deverá ser determinado pela Assembléia Geral de Quotistas conforme orientação do Gestor, mas não poderá ser inferior ao Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão atualizado pelo IGP-M, desde a primeira data de integralização das Quotas da Primeira Emissão do Fundo.

O Patrimônio Comprometido deverá ser totalmente subscrito dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do registro do Fundo e da Primeira Emissão na CVM. Quando da subscrição de Quotas do Fundo, os Quotistas celebrarão Compromisso de Investimento com o Fundo, que regulará os termos e condições das operações de integralização das Quotas objeto de subscrição pelos Quotistas. As Quotas do Fundo da Primeira Emissão que não sejam subscritas no prazo acima referido serão canceladas pelo Administrador.

No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas, e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, assim como no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

#### *4.9.6. Integralização das Quotas*

A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Comprometido deverá ser realizada no prazo máximo de 7 (sete) anos contados da data de registro do Fundo e da Primeira Emissão na CVM, nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com os Quotistas. No ato de cada integralização das Quotas, o subscritor deverá receber comprovante do pagamento efetuado, autenticado pelo Administrador.

As Quotas do Fundo serão integralizadas mediante Chamadas de Capital, pelo Preço de Integralização. Somente serão realizadas integralizações de Quotas subscritas pelos Quotistas na medida em que o Gestor identifique necessidades de recursos pelo Fundo para (i) arcar com os gastos do Fundo, e (ii) realizar investimentos em Valores Mobiliários, nos termos e condições estabelecidos no Regulamento.

O pagamento do Preço de Integralização será realizado em moeda corrente nacional e em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis ao Administrador, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

O procedimento disposto neste item será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas representativas do Patrimônio Comprometido subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir o disposto neste item "Integralização das Quotas" e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

#### *4.9.7. Negociação das Quotas, Direito de Preferência para Compra e Venda e Limite Máximo de Participação no Fundo*

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP.

Observado o direito de preferência previsto neste item, as Quotas do Fundo poderão ser transferidas, desde que totalmente integralizadas, por meio de livre negociação, mediante prévia anuência do Gestor. O cessionário deverá necessariamente ser um investidor qualificado, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04 e observar o Limite Máximo de Participação no Fundo estabelecido para investidores não residentes, se for o caso.

O Gestor deverá aprovar todas as transferências de Quotas realizadas entre Quotistas e entre Quotistas e terceiros, sendo que neste último caso o terceiro deverá também ser aprovado pelo Gestor. O Gestor poderá basear sua aprovação ou não em testes padrões relativos a crédito e na inexistência de conflitos com relação ao Fundo e aos Quotistas existentes.

Para fins de exercício de direitos e cumprimento de obrigações dos Quotistas junto ao Fundo, a eficácia da transferência de Quotas de que trata o parágrafo anterior estará condicionada à aprovação prévia do Gestor e ao encaminhamento ao Administrador de uma cópia do termo ou acordo de transferência de Quotas registrado em cartório de títulos e documentos.

Caso o Fundo venha a realizar uma nova emissão de Quotas, após a Primeira Emissão, os Quotistas do Fundo terão direito de preferência para adquirir novas Quotas do Fundo, de acordo com a participação por eles detida no patrimônio do Fundo e desde que o Limite Máximo de Participação no Fundo seja mantido, quando for o caso. Ainda, o Quotista que desejar transferir suas Quotas a qualquer adquirente, Quotista ou não do Fundo, deverá, por meio do Administrador, primeiramente oferecer as mesmas Quotas aos demais Quotistas, que terão o direito de adquiri-las em igualdade de condições ofertadas, proporcionalmente à sua participação no Fundo e desde que o Limite Máximo de Participação no Fundo seja observado.

A oferta de Quotas de que trata o parágrafo anterior deverá ser efetuada por escrito a todos os Quotistas, por meio de correspondência que será encaminhada ao Administrador, que por sua vez a encaminhará a cada um dos Quotistas e ao Gestor. Os Quotistas terão, então, o prazo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento da correspondência encaminhada pelo Administrador, para adquirir as Quotas ofertadas. Findo esse prazo, e caso os demais Quotistas expressamente renunciem ao seu direito de preferência, ou não se manifestem até o final do prazo para seu exercício, o Quotista ofertante estará livre para transferir ao terceiro adquirente as suas Quotas, após a autorização prévia do Gestor, desde que nas mesmas condições ofertadas aos Quotistas do Fundo.

Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Prospecto e no Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo, nos termos do Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

Após a data de encerramento da Primeira Emissão, nenhum Quotista do Fundo que seja investidor não residente poderá deter, de forma direta ou indireta, por meio de controladores, controladas ou entidades ligadas, Quotas do Fundo que representem percentual superior a 39% (trinta e nove por cento) do patrimônio líquido do Fundo. Cada Quotista não residente, ao ingressar no Fundo, deverá se comprometer a observar o Limite Máximo de Participação no Fundo, sob pena de descumprimento de suas obrigações para com o Fundo e sob pena de ser o seu investimento no Fundo objeto de Resgate Compulsório pelo Administrador.

#### **4.10. Condições de Amortização e Resgate das Quotas**

A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, sendo que, exceto pelo Resgate Compulsório descrito abaixo, as Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo. O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, mediante ordem do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos e/ou desinvestimentos nos Valores Mobiliários sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Observadas as demais disposições do presente Regulamento, o pagamento da amortização e do resgate das Quotas serão realizados em favor dos Quotistas proporcionalmente às Quotas por eles subscritas e integralizadas, pelo valor da Quota na data anterior ao pagamento em questão.

Os pagamentos de amortização ou resgate das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização ou resgate aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia anterior à data de pagamento.

Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários integrantes da Carteira do Fundo e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários para fins de amortização total e resgate das Quotas do Fundo ainda em circulação;



- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários, tais Valores Mobiliários serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando o Administrador autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no item acima, o Administrador deverá comunicar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários, na forma do artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, informando a proporção de Valores Mobiliários a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o item acima; e
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maior quantidade de Quotas do Fundo em circulação e integralizadas.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese de inadimplemento por parte do Quotista, nos termos do item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

#### **4.11. Demonstrações Contábeis**

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as contas e demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas das do Administrador.

O exercício social do Fundo terá início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro de cada ano de seu prazo de duração.

As demonstrações contábeis do Fundo serão semestrais e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM, devendo ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Os ativos e passivos do Fundo, incluindo a sua Carteira de investimentos, serão apurados com base nos princípios gerais de contabilidade brasileiros, inclusive para fins de provisionamento de pagamentos, despesas, encargos, passivos em geral e eventual baixa de investimentos, em observância da Instrução CVM n.º 391/03, aplicando-se subsidiariamente, e naquilo que não dispuser em contrário, a Instrução CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006.

Além do disposto no parágrafo anterior, a apuração do valor contábil da Carteira de investimentos do Fundo deverá ser realizada pelo Gestor de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Valores Mobiliários sem cotação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado nos últimos 90 (noventa) dias serão contabilizadas pelo seu custo de aquisição (sendo que, na data de encerramento do Fundo, caso a Companhia Investida emissora do Valor Mobiliário esteja em processo de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, tal Valor Mobiliário será registrado a valor zero);
- (ii) Valores Mobiliários com cotações em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, serão avaliados pela cotação média dos últimos 30 (trinta) dias em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado;
- (iii) debêntures serão contabilizadas pelo valor do seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis* de acordo com a respectiva documentação de emissão; e
- (iv) títulos de renda fixa serão contabilizados de acordo com seu valor de mercado quando esta metodologia for aplicável, ou ajustados pelo rendimento decorrente da sua curva de rentabilidade (preço unitário da curva).

O patrimônio líquido do Fundo corresponderá à soma algébrica de seu disponível com o valor da Carteira de investimentos, mais os valores a receber, menos as suas exigibilidades.

Somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da Carteira do Fundo.

No prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada semestre, as demonstrações contábeis serão colocadas pelo Administrador à disposição de qualquer interessado que as solicitar.

A elaboração das demonstrações contábeis deverá observar as normas específicas baixadas pela CVM.

#### **4.12. Inadimplência dos Quotistas**

Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento, (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro.

Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto no Regulamento.

Se o Fundo realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja sendo considerado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este parágrafo, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

#### **4.13. Liquidação**

São hipóteses de liquidação do Fundo:

- (i) o término de seu prazo de duração, conforme descrito acima;
- (ii) a deliberação da Assembléia Geral de Quotistas que determine sua liquidação;
- (iii) o fato de todos os Valores Mobiliários terem sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (iv) os demais casos previstos no Regulamento e na legislação aplicável.

A CVM deverá ser comunicada no prazo de 10 (dez) dias contados da Assembléia Geral de Quotistas que deliberar sobre a liquidação do Fundo.

A liquidação dos ativos integrantes da Carteira do Fundo será feita de uma das formas a seguir, conforme critério do Gestor:

- (i) venda em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, no Brasil; e/ou;
- (ii) exercício, em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, de opções de venda, negociadas pelo Gestor quando da realização dos investimentos, e/ou
- (iii) venda direta, de acordo com as premissas e condições estabelecidas pelo Gestor.

Com relação à liquidação dos ativos, o Gestor poderá contratar serviços de avaliação para verificarem o valor total da Carteira do Fundo, com base no valor justo de mercado.

No caso de encerramento do Fundo, as Quotas serão resgatadas pelo valor apurado na realização dos ativos, depois de deduzidas as despesas, dividido pela quantidade de Quotas.

#### **4.14. Assembléia Geral de Quotistas**

As matérias de competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, bem como o quorum de instalação e de aprovação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos no Capítulo IV do Regulamento.

#### **4.15. Situações de Conflitos de Interesses**

O Administrador ou o Gestor deverá informar aos Quotistas qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o Fundo. O Comitê de Investimento do Fundo deverá analisar as eventuais situações de conflito de interesses e aprovar ou rejeitar operações que envolvam tal conflito, ainda que potencial. O Administrador e o Gestor agirão sempre de boa-fé e, em qualquer hipótese de potencial conflito de interesses, submeterão a matéria à aprovação do Comitê de Investimento.

Qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador, ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador ou pelo Gestor, ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação do Comitê de Investimento.

#### **4.16. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo**

O Administrador do Fundo é obrigado a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso a informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar suas decisões quanto à permanência no Fundo ou, no caso de outros investidores, quanto à aquisição das Quotas, desde que tais informações não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador ou pelo Gestor sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

A divulgação de informações de que trata este item será feita no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

O Administrador deve remeter à CVM, se for o caso, e aos Quotistas, sem prejuízo de outras informações que venham a ser exigidas, as seguintes informações:

- (i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:
  - (a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e
  - (b) número de Quotas emitidas;
- (ii) semestralmente, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados a partir do encerramento do semestre a que se referirem:
  - (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
  - (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM n.º 391/03, conforme alterada, e do Regulamento;
  - (c) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no Regulamento, devendo ser especificado seu valor; e
  - (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de Valores Mobiliários integrantes da Carteira;
- (iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
  - (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
  - (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
  - (c) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no Regulamento, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Prospecto, o Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

## **4.17. Remuneração**

### *4.17.1. Taxa de Administração*

Pela prestação dos serviços de administração e gestão, o Fundo pagará ao Administrador e ao Gestor a seguinte remuneração, a título de Taxa de Administração:

- (i) a partir da Data de Início e até a data da primeira integralização de Quotas da Primeira Emissão do Fundo: 2% a.a. (dois por cento ao ano), incidente sobre o Patrimônio Comprometido Mínimo, apurado e provisionado diariamente, por dia útil, devendo ser paga mensalmente por períodos vencidos, até o quinto dia útil do mês subsequente ao que se referir; e
- (ii) após o período referido acima: 2% a.a. (dois por cento ao ano), incidente sobre o Patrimônio Comprometido, apurado e provisionado diariamente, por dia útil, devendo ser paga mensalmente por períodos vencidos, até o quinto dia útil do mês subsequente ao que se referir.

A Taxa de Administração prevista acima é devida pelo Fundo ao Administrador e ao Gestor, devendo tal remuneração ser rateada entre os referidos prestadores de serviços, na forma entre eles ajustada. Os pagamentos serão realizados pelo Fundo diretamente aos respectivos prestadores de serviços.

Os Quotistas do Fundo estão isentos do pagamento de qualquer taxa de entrada ou saída do Fundo quando da subscrição, integralização, amortização e resgate de Quotas.

### *4.17.2. Taxa de Performance*

O Gestor receberá pela performance na gestão da Carteira, a título de taxa de performance: 20% (vinte por cento) do valor efetivamente distribuído aos Quotistas, que excederem o Capital Integralizado. Por valor efetivamente distribuído aos Quotistas entende-se como aquele verificado antes da dedução dos valores devidos a título de Imposto de Renda, se for o caso, e da própria Taxa de Performance. O valor efetivamente distribuído aos Quotistas, bem como o Capital Integralizado serão corrigidos desde a primeira data de integralização de Quotas da Primeira Emissão do Fundo pela variação do IPC-A, acrescido do Custo de Oportunidade até a data da cobrança da Taxa de Performance, conforme abaixo previsto. A cada pagamento de Taxa de Performance, serão deduzidos os valores já pagos anteriormente.

A cobrança da Taxa de Performance prevista acima somente ocorrerá quando o resultado da fórmula abaixo mencionada for maior ou igual a zero, ou seja, assim que os valores efetivamente distribuídos pelo Fundo aos Quotistas no âmbito da amortização de Quotas excederem o Capital Integralizado corrigido pela variação do IPC-A e acrescido do Custo de Oportunidade.

$$G = [ D - C ]$$

Onde:

C = Somatório do Capital Integralizado corrigido por IPC-A e acrescido do Custo de Oportunidade, desde a data da primeira integralização de Quotas do Fundo.

D = Somatório dos valores já efetivamente distribuídos aos Quotistas, a título de amortização, acrescidos dos respectivos valores de Imposto de Renda retidos, se for o caso, tudo corrigido por IPC-A e acrescido pelo Custo de Oportunidade, desde a data dos respectivos desembolsos pelo Fundo.

G = Gatilho para início do pagamento da Taxa de Performance.

Observado o disposto no parágrafo primeiro supra, a Taxa de Performance prevista acima será paga, se for o caso, quando da efetiva distribuição de valores pelo Fundo a título de amortização de Quotas, ou quando da liquidação do Fundo, na forma do Regulamento, ou, ainda, nas hipóteses descritas abaixo.

Nas hipóteses de renúncia, substituição, ou destituição do Gestor pela Assembléia Geral de Quotistas, ou, ainda, do seu afastamento, por qualquer razão, ao mesmo deverá ser pago: (i) o valor integral da Taxa de Performance prevista acima, antecipadamente, com base na performance verificada até a data da efetiva substituição do mesmo, bem como a Performance Projetada.

Para fins de determinação da Performance Projetada, conforme previsto no parágrafo acima, serão nomeados no mínimo 3 (três) peritos, escolhidos dentre avaliadores/auditores independentes de reconhecida idoneidade, competência e de nível internacional, sendo um indicado pelo Administrador, um pelo Gestor e outro pelos Quotistas, conforme deliberado em Assembléia Geral de Quotistas. A avaliação deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da nomeação dos peritos, não sendo aceitos laudos apresentados fora do citado prazo. Caso os peritos não cheguem a um consenso acerca da avaliação da projeção, o citado valor corresponderá ao valor médio apurado pelos mesmos. Os custos decorrentes das avaliações correrão por conta do Fundo e o valor final apurado da Performance Projetada nos termos deste parágrafo vinculará os Quotistas e o Gestor para todos os fins de direito.

#### *4.17.3. Outros Encargos*

Constituem encargos do Fundo, além da remuneração do Administrador e do Gestor, as seguintes despesas:

- (i) custos e despesas necessários para a constituição e registro do Fundo na CVM e custos referentes ao registro da Primeira Emissão e das Quotas na CVM e do registro das Quotas no SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP;

- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos, obrigações e resultados do Fundo;
- (iii) despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos;
- (iv) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas do auditor independente do Fundo;
- (vi) emolumentos e comissões pagas por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Aplicações Financeiras integrantes da Carteira do Fundo;
- (vii) honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo e de seus ativos e participações nas Companhias Investidas, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo;
- (viii) honorários, taxas e despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços fiscais, contábeis e de consultoria especializada, inclusive serviços de tesouraria prestados por instituições financeiras, sem limitação;
- (ix) parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo do Administrador ou do Gestor no exercício de suas funções;
- (x) desde que aprovadas pela Assembléia Geral de Quotistas, despesas necessárias para a adequada análise e realização dos investimentos, mesmo que esses investimentos não sejam concluídos;
- (xi) quaisquer despesas inerentes à fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo, quando aplicável, e à realização de Assembléia Geral de Quotistas sem limitação;
- (xii) taxa de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira do Fundo, quando aplicável; e
- (xiii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos, quando aplicável.

Todas as despesas e custos necessários para as operações e atividades do Fundo, não relacionados expressamente nos itens anteriores correrão por conta do Administrador, salvo se decidido em contrário pela Assembléia Geral de Quotistas.



Os gastos a que se refere o item (i) acima poderão ser arcados pelo Administrador ou pelo Gestor, devendo ser reembolsados pelo Fundo ao Administrador e ao Gestor, conforme o caso, mediante apresentação dos comprovantes de despesas aprovado previamente pela Assembléia Geral de Quotistas, tão logo o Fundo disponha de recursos financeiros disponíveis, sendo que esses gastos não poderão exceder 1% (um por cento) do Patrimônio Comprometido.

#### **4.18. Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo**

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de Valores Mobiliários das Companhias Investidas, não listadas em bolsa de valores, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

##### *4.18.1. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo*

###### IOF/Títulos

As operações com as Quotas do Fundo podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

###### IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

###### Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas do Fundo; e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

#### I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

#### II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal").

##### II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

##### II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil.

#### CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos pelos (i) Quotistas do Fundo residentes no Brasil (a) nas contas correntes de depósito à vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento); e (ii) Quotistas do Fundo residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no Banco Central do Brasil.

#### *4.18.2. Tributação Aplicável ao Fundo*

##### IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

##### Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

##### CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

#### **4.19. Atendimento aos Quotistas**

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

##### **Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Simone Rosa

Tel.: (21) 3974-4535

Fax.: (21) 3974-4501

Correio Eletrônico: [clientservice@mellonbrasil.com.br](mailto:clientservice@mellonbrasil.com.br)

Website: <http://www.mellonservicosfinanceiros.com.br>

## 5. ANEXOS

---

## **ANEXO I AO PROSPECTO**

**Cópia da Deliberação de Alteração do Regulamento e Aprovação  
da Primeira Emissão de Quotas do Fundo**



**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS  
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

CNPJ/MF n.º 02.201.501/0001-61



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
M175 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**

CNPJ/MF n.º 08.607.591/0001-71

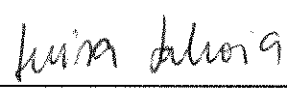
1. Por este instrumento particular, a **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61 (“Administrador”), na qualidade de instituição administradora do **M175 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 08.607.591/0001-71 (“Fundo”), em razão da inexistência de qualquer quotista do Fundo nesta data, resolve:
  - a. Modificar a estrutura do regulamento do Fundo (“Regulamento”), que passará a ter a natureza de um fundo de investimento em participações, em regime de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM n.º 391/03”);
  - b. Aprovar a nova versão do Regulamento do Fundo, nos termos do documento anexo;
  - c. Em razão das deliberações referidas nos itens “a” e “b” acima, modificar a denominação do Fundo, que passará a ser denominado “**FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES PRIVATE EQUITY BRAZIL MULTI-STRATEGY I**”;
  - d. Nomear o Sr. José Carlos Xavier de Oliveira, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 04.667.892 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob n.º 003.888.737-10, domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, para ser o diretor do Administrador responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo;



- e. Assumir as funções de administração e controladoria do Fundo e contratar as seguintes instituições como prestadores de serviços do Fundo: (i) Capitânia Gestores Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tavares Cabral, n.º 102, 6º andar, inscrita no C.N.P.J/M.F. sob n.º 04.274.010/0001-76, para ser responsável pela gestão da carteira de investimentos do Fundo; (ii) Banco Bradesco S.A., para ser responsável pelos serviços de custódia qualificada dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo e serviços de escrituração de quotas do Fundo; e (iii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo;
- f. Deliberar sobre a primeira emissão de quotas do Fundo, composta de até 500 (quinhentas) quotas, correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, sendo que as quotas terão preço inicial e unitário de emissão de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), totalizando a primeira emissão o montante equivalente a até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) e no mínimo R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). As quotas terão os direitos e características definidos no Regulamento ora aprovado, que segue anexo ao presente instrumento, a sua distribuição será objeto de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e serão inicialmente admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Liquidação e Custódia – CETIP; e
- g. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de alteração do Regulamento e de realização da primeira emissão de quotas do Fundo, bem como os demais documentos exigidos pela regulamentação aplicável, para a obtenção da aprovação da CVM relativa ao registro do Fundo e da primeira emissão de quotas do Fundo.
2. Estando assim deliberado este instrumento de alteração, vai o presente assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2007

Por:   
Cargo: **Procurador**

Por:   
Cargo: **Procuradora**



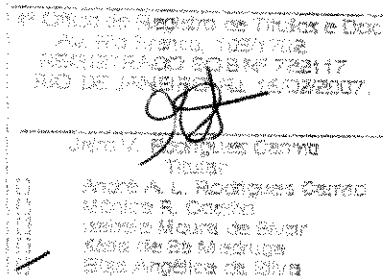
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO

Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do

Registro Nº 717303 do Livro B-76

O QUE CERTIFICO, RJ, 16 FEV. 2007

  
4º OFÍCIO REG. TÍT. DOCS-RJ  
Elisa Angélica da Silva  
Proveniente Autorizada



## **ANEXO II AO PROSPECTO**

**Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto**



## **REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES PRIVATE EQUITY BRAZIL MULTI-STRATEGY I**

### **CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, PÚBLICO ALVO, DATA DE INÍCIO DAS OPERAÇÕES DO FUNDO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO**

**Artigo 1º - Denominação.** O FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES PRIVATE EQUITY BRAZIL MULTI-STRATEGY I, doravante designado simplesmente “Fundo”, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo Primeiro - Público Alvo.** O Fundo é destinado exclusivamente à participação de investidores qualificados, assim classificados nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) relativamente aos fundos de investimentos, conforme disposto no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

**Parágrafo Segundo – Início das Atividades.** O Fundo iniciará as suas atividades (i) após o registro do Fundo e da Primeira Emissão (conforme definido abaixo) na CVM, em observância da regulamentação em vigor, (ii) após a publicação do anúncio de início da distribuição da Primeira Emissão, em observância da regulamentação em vigor e (iii) quando ocorrer a adesão de quotistas, ou seja, a subscrição de quotas do Fundo por investidores (“Quotistas”), mediante a celebração de “Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas” (cada, um “Compromisso de Investimento”), em quantidade que corresponda ao montante necessário para a formação do Patrimônio Comprometido Mínimo (conforme definido abaixo).

**Parágrafo Terceiro - Data de Início.** A data de início oficial das atividades do Fundo será comunicada aos Quotistas pelo ADMINISTRADOR (conforme definido abaixo), conforme orientação do GESTOR (conforme definido abaixo) após o cumprimento dos requisitos descritos no parágrafo anterior, mediante comunicação escrita, enviada nos termos deste Regulamento, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência (a “Data de Início”).

**Parágrafo Quarto - Patrimônio do Fundo.** O patrimônio do Fundo será formado por quotas de uma única classe, representativas de frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, sendo todas nominativas e escriturais, cada uma com direito a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas, conforme descrito neste Regulamento (“Quotas”).

## **CAPÍTULO II – DO OBJETIVO, DA ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA**

**Artigo 2º - Objetivo.** O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos de longo prazo a seus Quotistas, por meio de investimentos em diversos setores da economia brasileira, mediante a aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a CVM (“Valores Mobiliários”).

**Artigo 3º - Política de Investimento.** Na avaliação de investimento em Valores Mobiliários, o GESTOR (conforme definido abaixo) levará em consideração principalmente aquelas companhias com alto potencial de crescimento, vantagens competitivas sustentáveis, administração profissional, comprometimento com as melhores práticas de governança corporativa, incluindo, mas não se limitando, às companhias que se encontrem em “situações especiais”, tais como deslocamentos, reestruturações, sucessões, processos de abertura de capital e aquisição de controle pela respectiva administração, entre outras (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, doravante designadas simplesmente “Companhias Alvo”).

**Parágrafo Primeiro - Companhias Investidas.** As Companhias Alvo que efetivamente receberem aporte de recursos pelo Fundo, nos termos deste Regulamento, serão denominadas “Companhias Investidas”.

**Parágrafo Segundo - Processo Decisório das Companhias Investidas.** Os investimentos do Fundo em Valores Mobiliários deverão possibilitar a participação do Fundo no processo decisório das Companhias Investidas, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente através da indicação de membros nos respectivos Conselhos de Administração ou diretorias, sem prejuízo das demais disposições contidas no parágrafo abaixo.

**Parágrafo Terceiro - Participação no Processo Decisório.** A participação do Fundo no processo decisório de cada Companhia Investida poderá ocorrer por uma das seguintes maneiras: (i) detenção de ações que integrem o bloco de controle da Companhia Investida, (ii) celebração de acordo de acionistas ou acordos de investimento, ou, ainda, (iii) celebração de contratos de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão de cada Companhia Investida.

**Artigo 4º - Composição da Carteira.** A carteira do Fundo (“Carteira”) será composta exclusivamente por:

- (i) Valores Mobiliários;
- (ii) aplicações financeiras para a utilização de eventuais excedentes de caixa do Fundo com o objetivo principal de preservação de seu valor econômico ou de pagamento de despesas e encargos do Fundo, em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou de emissão do Banco Central do Brasil, operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou em títulos de emissão do Banco Central do Brasil, certificados de depósito bancário (CDBs) emitidos por instituições financeiras, ou, ainda, quotas de fundos de investimento classe renda fixa ou referenciado DI (“Aplicações Financeiras”);
- (iii) contratos de opção de compra ou venda dos Valores Mobiliários ou dos valores mobiliários nos quais os Valores Mobiliários possam ser convertidos, desde que tais contratos de opção sejam celebrados exclusivamente para fins de proteção da posição da Carteira; ou
- (iv) Empréstimos (conforme abaixo definido).

**Parágrafo Primeiro – Formação da Carteira.** Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nas Aplicações Financeiras serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM. Sem prejuízo do objetivo principal do

Fundo, conforme descrito acima, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (vi) abaixo, os recursos em moeda corrente nacional que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas deverão ser utilizados (i) para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Alvo ou Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital (conforme abaixo definido) e (ii) para o pagamento de despesas e encargos do Fundo;
- (ii) os Valores Mobiliários que sejam eventualmente entregues ao Fundo como forma de integralização de Quotas, na forma prevista no parágrafo 3º do artigo 13 abaixo, serão imediatamente incorporadas à Carteira do Fundo;
- (iii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão direcionados para Aplicações Financeiras e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do GESTOR, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos Valores Mobiliários e Aplicações Financeiras e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas ou aos prestadores de serviços do Fundo, tais recursos deverão ser mantidos em Aplicações Financeiras e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do GESTOR, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (v) os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e em Aplicações Financeiras e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, não poderão ser superior a 90 (noventa) dias, observado que o GESTOR terá a faculdade descrita no inciso (vi) abaixo por prazo indeterminado;
- (vi) o GESTOR poderá manter parcela correspondente a até 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo alocado em Aplicações Financeiras

e/ou em outros ativos, conforme descritos nos incisos (iii) e (iv) do *caput* deste artigo, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo e/ou sejam utilizados para fins de proteção da posição da Carteira, nos termos da regulamentação e deste Regulamento; e

- (vii) caso investimentos do Fundo em Valores Mobiliários não sejam realizados dentro do prazo previsto no inciso (i) acima, o GESTOR informará tal fato ao ADMINISTRADOR, que deverá convocar imediatamente Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre (a) a prorrogação do prazo referido no inciso (i) acima ou (b) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados e que não tenham se concretizado por qualquer razão.

**Parágrafo Segundo - Companhias Alvo.** Adicionalmente aos requisitos descritos acima, Companhias Alvo sem registro de companhia aberta na CVM somente poderão ser alvo de investimento do Fundo se, à época do investimento inicial por parte do Fundo, adotem cumulativamente as seguintes práticas de governança corporativa:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias, sendo que à época da realização de investimento pelo Fundo não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Alvo em circulação;
- (ii) os membros do Conselho de Administração, quando houver, deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) disponibilização de informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da companhia, se houver;
- (iv) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) no caso de abertura de seu capital, deverão obrigar-se perante o Fundo a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previsto nos incisos anteriores; e

- (vi) ter suas demonstrações contábeis auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

**Parágrafo Terceiro – Investimentos sujeitos à aprovação dos Quotistas.** Salvo aprovação de Quotistas titulares da maioria das Quotas emitidas, é vedado o investimento do Fundo em Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo nas quais participem:

- (i) o ADMINISTRADOR, o GESTOR, os membros dos comitês ou conselhos criados pelo Fundo e Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que:
  - (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
  - (b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da Companhia Alvo emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.

**Parágrafo Quarto – Operações com partes relacionados sujeitas à aprovação dos Quotistas.** Salvo aprovação de Quotistas titulares da maioria das Quotas emitidas pelo Fundo, é igualmente vedada a realização de operações pelo Fundo, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas na alínea (i) do parágrafo anterior, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo ADMINISTRADOR ou pelo GESTOR.

**Parágrafo Quinto – Empréstimos.** O Fundo poderá contrair empréstimos para completar a sua estratégia de investimento, desde que tais empréstimos sejam concedidos por organismos multilaterais, agências de fomento e/ou bancos de desenvolvimento, que possuam recursos provenientes de contribuições e quotas integralizadas majoritariamente com recursos orçamentários de um único ou diversos governos, e cujo controle seja governamental ou multi-governamental, mediante decisão exclusiva do GESTOR (“Empréstimos”). Sem prejuízo da autorização acima referida, os Empréstimos não poderão representar valor superior a 30% (trinta por cento) do valor total dos ativos da Carteira do Fundo.

**Parágrafo Sexto - Riscos Inerentes à Carteira.** Não obstante os cuidados a serem empregados pelo ADMINISTRADOR e pelo GESTOR na implantação da política de investimento descrita neste Regulamento, os investimentos do Fundo, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos a variações de mercado e a riscos inerentes aos emitentes dos ativos integrantes da Carteira e a riscos de crédito, de modo geral, não podendo o ADMINISTRADOR ou o GESTOR, em hipótese alguma, ser responsabilizados por qualquer depreciação dos ativos da Carteira ou por eventuais prejuízos impostos aos Quotistas do Fundo, salvo nos casos previstos neste Regulamento. Ainda, o Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e/ou poderá realizar investimentos em Aplicações Financeiras de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto no Capítulo II deste Regulamento, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para as Aplicações Financeiras que poderão compor a Carteira do Fundo. O disposto neste parágrafo implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em um único emissor e em risco de pouca liquidez para o Fundo, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira. O prospecto do Fundo descreve outros riscos aos quais os Quotistas estarão sujeitos em decorrência de seus investimentos no Fundo.

**Artigo 5º - Direitos Oriundos dos Ativos da Carteira.** Dividendos, juros sobre o capital próprio, rendimentos e quaisquer outros direitos oriundos dos Valores Mobiliários, das Aplicações Financeiras e dos contratos de opção referidos no inciso (iii) do artigo 4º que venham a compor a Carteira serão utilizados para (i) o pagamento

das obrigações, cobranças e despesas operacionais do Fundo; (ii) o pagamento dos tributos devidos com relação às operações do Fundo, se for o caso; e/ou (iii) a amortização proporcional das Quotas de cada Quotista do Fundo, à critério do GESTOR, observados os procedimentos descritos neste Regulamento.

### **CAPÍTULO III - DO PERÍODO DE INVESTIMENTO E DO PERÍODO DE DESINVESTIMENTO DO FUNDO**

**Artigo 6º - Período de Investimento.** Os investimentos do Fundo serão realizados durante o período de investimento, que será iniciado na Data de Início e será encerrado (i) ao final do quarto ano posterior à Data de Início, ou (ii) na data em que o GESTOR entender não ser mais necessária a realização de qualquer investimento pelo Fundo, conforme comunicação por escrito a ser encaminhada aos Quotistas pelo ADMINISTRADOR, o que ocorrer primeiro ("Período de Investimento"). A liquidação dos ativos integrantes da Carteira do Fundo será realizada durante o Período de Desinvestimento (conforme definido abaixo), mas, caso o GESTOR entenda ser no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas, o GESTOR poderá proceder à venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do término do Período de Investimento, mediante comunicação por escrito do fato aos Quotistas que será encaminhada pelo ADMINISTRADOR, a qual conterá as justificativas para as ações tomadas pelo GESTOR no exercício de suas atribuições para com o Fundo.

**Parágrafo Único - Prorrogação do Período de Investimento.** Será permitida a prorrogação do prazo do Período de Investimento, a exclusivo critério do GESTOR. Caso o GESTOR decida exercer a faculdade descrita neste item, o GESTOR solicitará ao ADMINISTRADOR que informe tal fato aos Quotistas, por escrito.

**Artigo 7º - Período de Desinvestimento.** Findo o Período de Investimento e até o término do prazo de duração do Fundo, conforme previsto abaixo ("Período de Desinvestimento"), o GESTOR dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível.



**Parágrafo Único - Prorrogação do Período de Desinvestimento.** Será permitida a prorrogação do prazo do Período de Desinvestimento, a exclusivo critério do GESTOR, e mediante autorização da Assembléia Geral de Quotistas.

#### **CAPÍTULO IV - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS**

**Artigo 8º - Soberania da Assembléia Geral de Quotistas.** A Assembléia Geral de Quotistas, convocada e instalada de acordo com a legislação aplicável e este Regulamento, é soberana e tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao Fundo, exceto os negócios e atos que, nos termos deste Regulamento, sejam de competência do ADMINISTRADOR, do GESTOR e/ou do Comitê de Investimento (conforme abaixo definido), e tomar todas as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, mediante observância dos quoruns de deliberação referidos abaixo.

**Artigo 9º - Competência.** É da competência privativa da Assembléia Geral de Quotistas:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo ADMINISTRADOR;
- (ii) deliberar sobre a destituição ou substituição do ADMINISTRADOR;
- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do GESTOR;
- (iv) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) deliberar sobre o aumento da remuneração do ADMINISTRADOR e/ou do GESTOR, conforme definidas no Capítulo X deste Regulamento;
- (vi) deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Quotas do Fundo, observado o disposto no Capítulo V deste Regulamento;

- (vii) alterar o Regulamento do Fundo, assim como o quorum de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas;
- (viii) deliberar sobre a amortização ou resgate de Quotas do Fundo mediante a entrega de Valores Mobiliários integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (x) deliberar sobre a criação instalação, composição, organização e funcionamento dos eventuais comitês e conselhos do fundo, além do Comitê de Investimento; e
- (xi) deliberar, quando for o caso, sobre o requerimento de informações ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR, observado o disposto no parágrafo único, do artigo 14, da Instrução CVM n.º 391/03 e o disposto neste Regulamento.

**Parágrafo Primeiro – Alteração do Regulamento para Atendimento a Exigências Legais.** O Regulamento do Fundo poderá ser alterado independentemente da Assembléia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM ou em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação, por correspondência, aos Quotistas e nos mesmos periódicos destinados à divulgação de informações do Fundo.

**Artigo 10 – Instalação da Assembléia Geral de Quotistas.** A Assembléia Geral de Quotistas será instalada, em primeira convocação, com quorum mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas emitidas pelo Fundo, e, em segunda convocação, com qualquer número de Quotistas presentes.

**Artigo 11 – Deliberações da Assembléia Geral de Quotistas.** As deliberações da Assembléia Geral de Quotistas serão tomadas pelo critério de Quotas emitidas ou Quotas presentes, dependendo do caso, correspondendo a cada Quota um voto e observadas as determinações de quorum estabelecidas abaixo:

- (i) as matérias previstas nos incisos (ii) e (iii) do artigo 9º somente podem ser aprovadas por Quotistas que sejam detentores de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Quotas emitidas pelo Fundo;
- (ii) as matérias previstas nos incisos (iv), (v), (vi), (vii), (ix) e (x) do artigo 9º somente podem ser aprovadas por Quotistas que sejam detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas emitidas pelo Fundo;
- (iii) as demais matérias do artigo 9º, não expressamente previstas nos incisos anteriores, serão deliberadas pelo critério da maioria simples de Quotas dos presentes.

**Parágrafo Primeiro – Direitos do Administrador.** No caso de destituição ou substituição do ADMINISTRADOR ou do GESTOR, nos termos dos incisos (ii) e (iii), do artigo 9º acima, todos os direitos do ADMINISTRADOR ou do GESTOR previstos neste Regulamento, incluindo mas não se limitando ao pagamento da remuneração devida ao ADMINISTRADOR ou ao GESTOR, serão cumpridos pontualmente pelo Fundo, conforme descrito neste Regulamento.

**Parágrafo Segundo - Registro de Quotistas.** Somente poderão votar nas Assembléias Gerais os Quotistas que constarem até 3 (três) dias antes da data fixada para a sua realização do livro de registro de Quotistas do Fundo e, cumulativamente, estiverem em dia com todas as suas obrigações junto ao Fundo. O direito de voto é assegurado a qualquer Quotista que atenda aos requisitos acima descritos.

**Parágrafo Terceiro - Representação.** Terão qualidade para comparecer à Assembléia Geral de Quotistas os representantes legais dos Quotistas ou seus procuradores, sendo que, no caso destes últimos, deverão ter sido legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano da data da Assembléia Geral.

**Parágrafo Quarto - Participação do Administrador ou do GESTOR.** O ADMINISTRADOR ou o GESTOR poderão participar das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo e somente poderão votar caso sejam titulares de Quotas do Fundo.

**Artigo 12 - Convocação.** A convocação da Assembléia Geral de Quotistas far-se-á por correspondência, ou, alternativamente, por qualquer outro meio que permita a confirmação de seu recebimento, encaminhada a cada um dos Quotistas.

**Parágrafo Primeiro - Informações da Convocação.** Dos avisos de convocação constarão, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

**Parágrafo Segundo - Antecedência na Convocação.** A convocação da Assembléia Geral de Quotistas deverá ser feita com 15 (quinze) dias corridos de antecedência, em primeira convocação, e com 3 (três) dias corridos de antecedência mínima em segunda convocação, contados da data de sua realização, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

**Parágrafo Terceiro - Autoridade para Convocação.** A Assembléia Geral de Quotistas poderá ser convocada, a qualquer tempo, pelo ADMINISTRADOR, pelo GESTOR ou por Quotistas, ou grupo de Quotistas, que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

**Parágrafo Quarto - Custos de Convocação.** Na hipótese de solicitação de convocação pelos Quotistas, conforme disposto no parágrafo anterior, o ADMINISTRADOR deverá realizar a convocação, em até 30 (trinta) dias, às expensas do(s) requerente(s), salvo se a Assembléia Geral de Quotistas assim convocada deliberar que o Fundo arcará com tais despesas.

**Parágrafo Quinto - Dispensa de Convocação.** Estará dispensada a convocação prévia de que trata este artigo quando estiverem presentes à Assembléia Geral de Quotistas detentores da totalidade das Quotas emitidas pelo Fundo.

## **CAPÍTULO V - DA EMISSÃO, COLOCAÇÃO, NEGOCIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS**

**Artigo 13 - Patrimônio Comprometido e Registro de Quotistas.** O patrimônio inicial do Fundo, após a sua primeira emissão de quotas ("Primeira Emissão"), será correspondente a, no mínimo, R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), representado por 250 (duzentas e cinquenta) Quotas ("Patrimônio Comprometido

Mínimo”), e, no máximo, R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), representado por 500 (quinhentas) Quotas, tendo cada uma das Quotas da Primeira Emissão do Fundo o valor nominal inicial de emissão (“Preço de Emissão”) de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (o patrimônio inicial do Fundo, após o encerramento da colocação da Primeira Emissão, o “Patrimônio Comprometido”). A propriedade das Quotas do Fundo será evidenciada pelo correspondente registro do nome do Quotista no livro de registro de Quotistas do Fundo.

**Parágrafo Primeiro - Subscrição do Patrimônio Comprometido.** O Patrimônio Comprometido deverá ser totalmente subscrito dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do registro do Fundo e da Primeira Emissão na CVM. Quando da subscrição de Quotas do Fundo, os Quotistas celebrarão Compromisso de Investimento com o Fundo, que regulará os termos e condições das operações de integralização das Quotas objeto de subscrição pelos Quotistas. As Quotas do Fundo da Primeira Emissão que não sejam subscritas no prazo acima referido serão canceladas pelo ADMINISTRADOR.

**Parágrafo Segundo - Integralizações.** Somente serão realizadas integralizações de Quotas subscritas pelos Quotistas na medida em que o GESTOR identifique necessidades de recursos pelo Fundo para (i) arcar com os gastos do Fundo, e (ii) realizar investimentos em Valores Mobiliários, nos termos e condições estabelecidos no presente Regulamento. As Quotas do Fundo da Primeira Emissão deverão ser integralizadas durante o prazo máximo de 7 (sete) anos contados da data de registro do Fundo e da Primeira Emissão na CVM. No ato de cada integralização das Quotas, o subscritor deverá receber comprovante do pagamento efetuado, autenticado pelo ADMINISTRADOR.

**Parágrafo Terceiro - Forma de Integralização.** Observadas as condições estabelecidas neste artigo e em seus parágrafos, a integralização das Quotas deverá ser realizada em moeda corrente nacional, mediante disponibilização imediata de recursos financeiros na conta corrente bancária do Fundo, de acordo com os termos de comunicação específica e por escrito a ser encaminhada pelo ADMINISTRADOR aos Quotistas, conforme orientação do GESTOR, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis (cada, uma “Chamada de Capital”). Sempre que o Fundo decidir aplicar recursos em Companhias Alvo ou Companhias Investidas que estejam, ou possam estar, envolvidas em processo de recuperação e reestruturação, será ainda admitida a

integralização de Quotas do Fundo em bens ou direitos, inclusive créditos, desde que tais bens e direitos estejam vinculados ao processo de recuperação da Companhia Alvo ou Companhia Investida a receber investimentos do Fundo e desde que o valor dos mesmos esteja respaldado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

**Parágrafo Quarto - Prazo para Realização dos Investimentos.** A partir da data da primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital, o GESTOR terá o prazo de 90 (noventa) dias para realizar os investimentos nas Companhias Alvo ou nas Companhias Investidas. Caso os investimentos não sejam realizados nesse prazo, será observado o disposto no parágrafo primeiro do artigo 4º deste Regulamento.

**Parágrafo Quinto - Valor de Novas Quotas.** Na hipótese de emissão de novas quotas do Fundo, mediante autorização da Assembléia Geral de Quotistas, o valor das novas Quotas, para fins de emissão, subscrição e integralização, deverá ser determinado pela Assembléia Geral de Quotistas conforme orientação do GESTOR, mas não poderá ser inferior ao Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão atualizado pelo IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, desde a primeira data de integralização das Quotas da Primeira Emissão do Fundo.

**Parágrafo Sexto – Distribuição de resultados por meio de amortização e resgate de Quotas.** A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, sendo que, exceto pelo Resgate Compulsório descrito abaixo, as Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo. O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, mediante ordem do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos e/ou desinvestimentos nos Valores Mobiliários sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Observadas as demais disposições do presente Regulamento, o pagamento da amortização e do resgate das Quotas serão realizados em favor dos Quotistas proporcionalmente às Quotas por eles subscritas e integralizadas, pelo valor da Quota na data anterior ao pagamento em questão.

**Parágrafo Sétimo - Valor das Quotas para fins de Amortização e Resgate.** Para fins de amortização e resgate, as Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor

será o correspondente à divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

**Parágrafo Oitavo – Forma Pagamento de amortização ou resgate de Quotas.** Os pagamentos de amortização ou resgate das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização ou resgate aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia anterior à data de pagamento.

**Parágrafo Nono – Entrega de Valores Mobiliários para pagamento de amortização ou resgate de Quotas.** Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o ADMINISTRADOR convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o GESTOR tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários integrantes da Carteira do Fundo e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários para fins de amortização total e resgate das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários, tais Valores Mobiliários serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o ADMINISTRADOR e o GESTOR estarão desobrigados em relação às

responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando o ADMINISTRADOR autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;

- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o ADMINISTRADOR deverá comunicar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários, na forma do artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, informando a proporção de Valores Mobiliários a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do ADMINISTRADOR perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima; e
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maior quantidade de Quotas do Fundo em circulação e integralizadas.

**Artigo 14 – Inadimplência dos Quotistas.** Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento (“Quotista Inadimplente”), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto neste Regulamento. Se o Fundo realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja sendo considerado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este artigo, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

**Artigo 15 – Taxa de Entrada e de Saída.** Os Quotistas do Fundo estão isentos do pagamento de qualquer taxa de entrada ou saída do Fundo quando da subscrição, integralização, amortização e resgate de Quotas.



**Artigo 16 – Limites mínimos e máximos de Participação no Fundo.** O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo que não existirá valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista no Fundo. Após a data de encerramento da Primeira Emissão, nenhum Quotista do Fundo que seja investidor não residente poderá deter, de forma direta ou indireta, por meio de controladores, controladas ou entidades ligadas, Quotas do Fundo que representem percentual superior a 39% (trinta e nove por cento) do patrimônio líquido do Fundo (“Limite Máximo de Participação no Fundo”). Cada Quotista não residente, ao ingressar no Fundo, deverá se comprometer a observar o Limite Máximo de Participação no Fundo, sob pena de descumprimento de suas obrigações para com o Fundo e sob pena de ser o seu investimento no Fundo objeto de resgate compulsório pelo ADMINISTRADOR (“Resgate Compulsório”).

**Artigo 17 - Transferência de Quotas.** Observado o direito de preferência estabelecido no artigo 19 abaixo, as Quotas do Fundo poderão ser transferidas, desde que integralizadas, por meio de livre negociação, mediante prévia anuência do GESTOR. O cessionário deverá necessariamente ser um investidor qualificado, conforme definido no parágrafo primeiro, do artigo 1º deste Regulamento e observar o Limite Máximo de Participação no Fundo, se for o caso.

**Parágrafo Primeiro - Termo de Transferência.** Para fins de exercício de direitos e cumprimento de obrigações dos Quotistas junto ao Fundo, a eficácia da transferência de Quotas de que trata o parágrafo anterior estará condicionada à aprovação prévia do GESTOR e ao encaminhamento ao ADMINISTRADOR de uma cópia do termo ou acordo de transferência de Quotas registrado em cartório de títulos e documentos.

**Parágrafo Segundo - Suspensão de Transferências.** O ADMINISTRADOR poderá determinar a suspensão dos serviços de transferência de Quotas nos períodos que antecederem as datas fixadas para a amortização parcial das Quotas ou para a realização de Assembléia Geral de Quotistas, conforme orientação do GESTOR, sendo vedada a suspensão desses serviços por prazo superior, em cada caso, a 10 (dez) dias consecutivos e, durante o ano, a 90 (noventa) dias. A suspensão dos serviços de transferência deverá ser comunicada aos Quotistas, nos termos do presente Regulamento.

**Artigo 18. Registro de Negociação das Quotas.** As Quotas do Fundo serão registradas no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Liquidação e Custódia –CETIP. Sem prejuízo do disposto acima, o ADMINISTRADOR poderá providenciar o registro das Quotas do Fundo no BOVESPAFIX, operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“BOVESPAFIX”), sem necessidade de autorização da Assembléia Geral de Quotistas.

**Artigo 19 - Direito de Preferência.** Caso o Fundo venha a realizar uma nova emissão de Quotas, após a Primeira Emissão, os Quotistas do Fundo terão direito de preferência para adquirir novas Quotas do Fundo, de acordo com a participação por eles detida no patrimônio do Fundo e desde que o Limite Máximo de Participação no Fundo seja mantido, quando for o caso. Ainda, o Quotista que desejar transferir suas Quotas a qualquer adquirente, Quotista ou não do Fundo, deverá, por meio do ADMINISTRADOR, primeiramente oferecer as mesmas Quotas aos demais Quotistas, que terão o direito de adquiri-las em igualdade de condições ofertadas, proporcionalmente à sua participação no Fundo e desde que o Limite Máximo de Participação no Fundo seja observada.

**Artigo 20 - Oferta de Quotas.** A oferta de Quotas de que trata o artigo anterior deverá ser efetuada por escrito a todos os Quotistas, por meio de correspondência que será encaminhada ao ADMINISTRADOR, que por sua vez a encaminhará a cada um dos Quotistas e ao GESTOR. Os Quotistas terão, então, o prazo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento da correspondência encaminhada pelo ADMINISTRADOR, para adquirir as Quotas ofertadas. Findo esse prazo, e caso os demais Quotistas expressamente renunciem ao seu direito de preferência, ou não se manifestem até o final do prazo para seu exercício, o Quotista ofertante estará livre para transferir ao terceiro adquirente as suas Quotas, após a autorização prévia do GESTOR, desde que nas mesmas condições ofertadas aos Quotistas do Fundo.

**Parágrafo único - Autorização Prévia do GESTOR.** O GESTOR deverá aprovar todas as transferências de Quotas realizadas entre Quotistas e entre Quotistas e terceiros, sendo que neste último caso o terceiro deverá também ser aprovado pelo GESTOR. O GESTOR poderá basear sua aprovação ou não em testes padrões relativos a crédito e a inexistência de conflitos com relação ao Fundo e aos Quotistas existentes.

**Artigo 21 - Encerramento do Fundo.** No caso de encerramento do Fundo, as Quotas serão resgatadas pelo valor apurado na realização dos ativos, depois de deduzidas as despesas, dividido pela quantidade de Quotas.

## **CAPÍTULO VI - DA ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 22 - Administrador.** O Fundo é administrado pela MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.201.501/0001-61, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, prevista no artigo 23 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976 (“ADMINISTRADOR”).

**Parágrafo Primeiro – Contratação de Terceiros.** O ADMINISTRADOR poderá contratar, a fim de assessorá-lo exclusivamente na administração do Fundo, em nome e por conta do Fundo, sociedades profissionais especializadas na prestação de serviços de consultoria de gestão, assessoria jurídica, contábil ou financeira, bem como outros serviços profissionais, no Brasil ou no exterior. Na data de constituição do Fundo, o ADMINISTRADOR contratou a Capitânia Gestores Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tavares Cabral, n.º 102, 6º andar, inscrita no C.N.P.J/M.F. sob n.º 04.274.010/0001-76 (“GESTOR”), sociedade devidamente autorizada pela CVM para gerir carteira de títulos e valores mobiliários, para realizar a gestão da Carteira do Fundo, nos termos descritos neste Regulamento.

**Parágrafo Segundo - Responsabilidade por Prejuízos.** As instituições contratadas para os serviços previstos no parágrafo anterior responderão pelos prejuízos que causarem aos Quotistas, quando procederem com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e/ou violação deste Regulamento.

**Artigo 23 - Poderes do Administrador.** O ADMINISTRADOR tem poderes para tomar todos os atos que se façam necessários à administração e operacionalização do Fundo e o GESTOR tem poderes para gerir a carteira do Fundo, de acordo com os limites descritos neste Regulamento, bem como exercer todos os direitos inerentes aos Valores Mobiliários e às Aplicações Financeiras integrantes da Carteira do Fundo, inclusive o de representar o Fundo em juízo e fora dele, de eleger membros para cargos de administração das Companhias Investidas, comparecer e votar em assembléias de

acionistas das Companhias Investidas, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, e reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie, exercer direito de ação, negociar estatutos sociais e contratos sociais das Companhias Investidas e eventuais alterações, assim como firmar contratos de compra e venda de valores mobiliários, acordos de acionistas e/ou acordos de investimento, conforme o caso, observadas as limitações deste Regulamento e da legislação em vigor, notadamente ao que se refere à política de investimento do Fundo, conforme descrito no Capítulo II deste Regulamento.

**Artigo 24 - Substituição do Administrador ou do Gestor.** O ADMINISTRADOR ou o GESTOR deverão ser substituídos:

- (i) nas hipóteses de descredenciamento para o exercício da atividade de administrador de carteira de valores mobiliários, por decisão da CVM;
- (ii) caso renunciem às suas funções descritas neste Regulamento, mediante aviso prévio de 60 (sessenta dias), endereçado a cada um dos Quotistas e à CVM; e
- (iii) nas hipóteses de destituição por deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.

**Artigo 25 – Renúncia.** O ADMINISTRADOR poderá renunciar à administração do Fundo, mediante comunicação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o ADMINISTRADOR deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição, a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da comunicação de que trata esse artigo. Independentemente do disposto acima, na hipótese de renúncia, o ADMINISTRADOR continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo até que outra instituição venha a lhe substituir, devendo receber, para tanto, a remuneração que lhe for devida nos termos deste Regulamento e que seja referente ao período em que permanecer em seu cargo. O GESTOR poderá renunciar à gestão do Fundo, mediante comunicação por escrito endereçada ao ADMINISTRADOR, a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o ADMINISTRADOR deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a substituição do GESTOR, a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da comunicação de que trata esse artigo. Independentemente do disposto acima, na hipótese de renúncia, o GESTOR continuará obrigado a prestar os serviços de gestão da Carteira do Fundo até

que outra instituição venha a lhe substituir, devendo receber, para tanto, a sua parcela da remuneração referente ao período em que permanecer em seu cargo, conforme descrito neste Regulamento.

**Artigo 26 – Destituição.** Além da hipótese de renúncia descrita no artigo acima, o ADMINISTRADOR ou o GESTOR poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas. Sem prejuízo do disposto no artigo 31 abaixo, na hipótese do GESTOR ser destituído pela Assembléia Geral de Quotistas do Fundo sem apresentação de justa causa para tal destituição, o GESTOR fará jus a uma comissão por destituição sem justa causa correspondente a um valor igual à Taxa de Administração que seria devida ao ADMINISTRADOR, desde a data de destituição sem justa causa do GESTOR até a data de encerramento do Fundo.

**Parágrafo único – Justa Causa.** Para os fins de que trata este Regulamento, será considerada justa causa a comprovação de que o GESTOR, ou qualquer empresa por ele controlada ou a ele ligada, (i) atuou com culpa, negligência, imprudência, imperícia, fraude ou violação, no desempenho de suas funções e responsabilidades como gestor ou em qualquer outra forma de relacionamento com o Fundo; (ii) descumpriu obrigações legais ou contratuais que deveria observar como gestor; (iii) foi condenado em última instância por crime de fraude ou por crime contra o sistema financeiro, ou ainda; (iv) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, em qualquer mercado do mundo, atividades no mercado de valores mobiliários.

## CAPÍTULO VII - DAS OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR

**Artigo 27 – Atribuições do Administrador.** Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei e das demais disposições deste Regulamento, caberá ao ADMINISTRADOR, na qualidade de administrador do Fundo:

- (i) contratar o auditor independente do Fundo, conforme orientação do GESTOR;
- (ii) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo:
  - (a) o registro de Quotistas e de transferência de Quotas do Fundo;

- (b) o livro de atas das Assembléias Gerais de Quotistas;
  - (c) o livro de presença de Quotistas;
  - (d) os pareceres do auditor independente;
  - (e) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu patrimônio; e
  - (f) a documentação relativa às operações do Fundo;
- (iii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso anterior até o término do mesmo;
  - (iv) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do Fundo;
  - (v) empregar, na defesa dos direitos do Quotista, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, tomando inclusive as medidas judiciais cabíveis;
  - (vi) exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o Fundo;
  - (vii) custear, às suas expensas, as despesas com propaganda do fundo, se necessárias;
  - (viii) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar, em decorrência de sua condição de ADMINISTRADOR;
  - (ix) quando aplicável em razão de sua natureza, manter os ativos financeiros e/ou modalidades operacionais integrantes da Carteira do Fundo custodiados, registrados e/ou em conta de depósito diretamente centralizados em uma única entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;

- (x) pagar, às suas expensas, as eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão do atraso no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM n.º 391/03, conforme alterada;
- (xi) elaborar as demonstrações contábeis do Fundo, assim como elaborar, conforme orientação e informações apresentadas pelo GESTOR, juntamente com as demonstrações contábeis, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM n.º 391/03, conforme alterada, e deste Regulamento;
- (xii) solicitar a admissão à negociação das Quotas do Fundo no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP;
- (xiii) manter serviço de atendimento ao Quotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações;
- (xiv) observar e fazer cumprir as disposições constantes deste Regulamento;
- (xv) cumprir as deliberações da Assembléia Geral;
- (xvi) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;
- (xvii) fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, se assim o requererem, estudos e análise de investimento, elaborados pelo GESTOR, que fundamentem as decisões tomadas em Assembléia Geral, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões; e
- (xviii) se houver, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, se assim o requererem, atualizações periódicas dos estudos e análise de

investimento, elaborados pelo GESTOR, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento.

**Parágrafo Primeiro - Custódia, Registros e Depósitos.** As custódias, registros e/ou depósitos de que tratam o inciso (ix) deste artigo devem sempre ser mantidos em nome do Fundo, segregados da conta do ADMINISTRADOR.

**Parágrafo Segundo – Informações Requeridas.** Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (xvii) e (xviii) do *caput* deste artigo, o ADMINISTRADOR deverá submeter referida questão à prévia apreciação da Assembléia Geral de Quotistas, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Quotistas, e eventuais conflitos de interesse em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas.

## CAPÍTULO VIII - DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR

**Artigo 28 – Atribuições do Gestor.** Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei e deste Regulamento, caberá ao GESTOR, na qualidade de gestor da Carteira do Fundo:

- (i) estudar alternativas de investimento e desinvestimento;
- (ii) promover estudos econômicos necessários para dar suporte às decisões de investimento do Fundo;
- (iii) realizar a análise de todos os investimentos propostos para integrar a Carteira do Fundo e os respectivos desinvestimentos;
- (iv) manter acompanhamento contínuo do desempenho dos investimentos do Fundo;
- (v) observar as disposições constantes deste Regulamento;
- (vi) cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas;



- (vii) negociar e firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas, bem como quaisquer contratos de investimento e/ou desinvestimento envolvendo o Fundo e Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas;
- (viii) representar o Fundo em todo e qualquer ato referente ao investimento do Fundo em Companhias Investidas e/ou referente às Aplicações Financeiras e outros ativos que venham a integrar a Carteira; e
- (ix) encaminhar ao ADMINISTRADOR cópias dos documentos celebrados entre o Fundo e Companhias Investidas.

**Parágrafo Único – Comitê de Investimento do GESTOR.** O Fundo terá um Comitê de Investimento ("Comitê de Investimento"), que terá por função principal auxiliar o GESTOR a executar a política de investimento do Fundo e a definir estratégias de investimento, gestão das Companhias Investidas e desinvestimento, sempre no melhor interesse dos Quotistas e de forma a observar o disposto neste Regulamento e as decisões das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo. O Comitê de Investimento será formado por até 5 (cinco) membros, escolhidos pelo GESTOR dentre pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes do GESTOR e/ou dos Quotistas. Os membros do Comitê de Investimento não terão qualquer remuneração pelas suas atividades e terão mandato pelo prazo de duração do Fundo, podendo renunciar ao cargo ou ser substituídos pelo GESTOR, a seu exclusivo critério, antes do término de tal prazo.

## **CAPÍTULO IX - DAS VEDAÇÕES AO ADMINISTRADOR**

**Artigo 29 - Vedações.** É vedado ao ADMINISTRADOR ou ao GESTOR, direta ou indiretamente, nas respectivas esferas de competência, praticar os seguintes atos em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em sua conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos, exceto pelos Empréstimos aprovados pelo GESTOR;

- (iii) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (v) vender Quotas à prestação;
- (vi) aplicar recursos na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão;
- (vii) negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM n.º 134/90 ou outros títulos não autorizados pela CVM; e
- (viii) aplicar recursos no exterior e/ou na aquisição direta de bens imóveis.

**Artigo 30 - Administração de Outros Fundos.** Considerando que o negócio do ADMINISTRADOR e do GESTOR compreende, dentre outras atividades, a administração e/ou gestão de fundos de investimento em participações, o ADMINISTRADOR e o GESTOR do Fundo poderão administrar investimentos de outros fundos de investimentos em participações, não existindo qualquer modalidade de exclusividade do ADMINISTRADOR e/ou do GESTOR para com o Fundo e/ou para com os Quotistas.

## **CAPÍTULO X - DA REMUNERAÇÃO**

**Artigo 31 - Remuneração.** Pela prestação dos serviços de administração e gestão, o Fundo pagará ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR a seguinte remuneração:

- (a) a título de Taxa de Administração (“Taxa de Administração”):
  - (i) a partir da Data de Início e até a data da primeira integralização de Quotas da Primeira Emissão do Fundo: 2% a.a. (dois por cento ao ano), incidente sobre o Patrimônio Comprometido Mínimo, apurado e provisionado diariamente, por dia útil, devendo ser paga mensalmente

por períodos vencidos, até o quinto dia útil do mês subsequente ao que se referir; e

- (ii) após o período referido acima: 2% a.a. (dois por cento ao ano), incidente sobre o Patrimônio Comprometido, apurado e provisionado diariamente, por dia útil, devendo ser paga mensalmente por períodos vencidos, até o quinto dia útil do mês subsequente ao que se referir.

**Parágrafo Primeiro** - A Taxa de Administração prevista no *caput* é devida pelo Fundo ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR, devendo tal remuneração ser rateada entre os referidos prestadores de serviços, na forma entre eles ajustada. Os pagamentos serão realizados pelo Fundo diretamente aos respectivos prestadores de serviços.

Ainda, O GESTOR receberá pela performance na gestão da Carteira, a seguinte remuneração:

(b) a título de taxa de performance (“Taxa de Performance”): 20% (vinte por cento) do valor efetivamente distribuído aos Quotistas, que excederem o valor total de capital entregue ao Fundo à título de integralização de Quotas durante o prazo de duração do Fundo (“Capital Integralizado”). Por valor efetivamente distribuído aos Quotistas entende-se como aquele verificado antes da dedução dos valores devidos a título de Imposto de Renda, se for o caso, e da própria Taxa de Performance ora definida. O valor efetivamente distribuído aos Quotistas, bem como o Capital Integralizado serão corrigidos desde a primeira data de integralização de Quotas da Primeira Emissão do Fundo pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPC-A (“IPC-A”), apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de um custo de oportunidade de 12% a.a. (doze por cento ao ano) (“Custo de Oportunidade”) até a data da cobrança da Taxa de Performance, conforme abaixo previsto. A cada pagamento de Taxa de Performance, serão deduzidos os valores já pagos anteriormente.

**Parágrafo Segundo** - A cobrança da Taxa de Performance prevista na alínea “b” do *caput* deste artigo somente ocorrerá quando o resultado da fórmula abaixo mencionada for maior ou igual a zero, ou seja, assim que os valores efetivamente distribuídos pelo Fundo aos Quotistas no âmbito da amortização de Quotas excederem o Capital Integralizado corrigido pela variação do IPC-A e acrescido do Custo de Oportunidade.

$$G = [ D - C ]$$

Onde:

- C = Somatório do Capital Integralizado corrigido por IPC-A e acrescido do Custo de Oportunidade, desde a data da primeira integralização de Quotas do Fundo.
- D = Somatório dos valores já efetivamente distribuídos aos Quotistas, a título de amortização, acrescidos dos respectivos valores de Imposto de Renda retidos, se for o caso, tudo corrigido por IPC-A e acrescido pelo Custo de Oportunidade, desde a data dos respectivos desembolsos pelo Fundo.
- G = Gatilho para início do pagamento da Taxa de Performance.

**Parágrafo Terceiro** - Observado o disposto no parágrafo primeiro supra, a Taxa de Performance prevista na alínea “b” do *caput* deste artigo será paga, se for o caso, quando da efetiva distribuição de valores pelo Fundo a título de amortização de Quotas, ou quando da liquidação do Fundo, na forma deste Regulamento, ou, ainda, nas hipóteses descritas abaixo.

**Parágrafo Quarto** - Nas hipóteses de renúncia, substituição, ou destituição do GESTOR pela Assembléia Geral de Quotistas, ou, ainda, do seu afastamento, por qualquer razão, ao mesmo deverá ser pago: (i) o valor integral da Taxa de Performance prevista na alínea “b” do *caput* deste artigo, antecipadamente, com base na performance verificada até a data da efetiva substituição do mesmo, bem como a projeção da performance calculada com base nos investimentos realizados nas Companhias Investidas, alocados ou comprometidos pelo Fundo, observado o período efetivo do exercício das funções do mesmo (“Performance Projetada”).

**Parágrafo Quinto** - Para fins de determinação da Performance Projetada, conforme previsto no parágrafo acima, serão nomeados no mínimo 3 (três) peritos, escolhidos dentre avaliadores/auditores independentes de reconhecida idoneidade, competência e de nível internacional, sendo um indicado pelo ADMINISTRADOR, um pelo GESTOR e outro pelos Quotistas, conforme deliberado em Assembléia Geral de Quotistas. A avaliação deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da nomeação dos peritos, não sendo aceitos laudos apresentados fora do citado prazo. Caso os peritos não cheguem a um consenso acerca da avaliação da projeção, o citado valor corresponderá ao valor médio apurado pelos mesmos. Os custos decorrentes das avaliações correrão por conta do Fundo e o valor final apurado da Performance Projetada nos termos deste parágrafo vinculará os Quotistas e o GESTOR para todos os fins de direito.

## **CAPÍTULO XI - DOS ENCARGOS DO FUNDO**

**Artigo 32 - Encargos do Fundo.** Constituem encargos do Fundo, além da remuneração do ADMINISTRADOR e do GESTOR, conforme acima descritas, as seguintes despesas:

- (i) custos e despesas necessários para a constituição e registro do Fundo na CVM e custos referentes ao registro da Primeira Emissão e das Quotas na CVM e do registro das Quotas no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP e no BOVESPAFIX, conforme o caso;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos, obrigações e resultados do Fundo;
- (iii) despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos;
- (iv) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;

- (v) honorários e despesas do auditor independente do Fundo;
- (vi) emolumentos e comissões pagas por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Aplicações Financeiras integrantes da Carteira do Fundo;
- (vii) honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo e de seus ativos e participações nas Companhias Investidas, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo;
- (viii) honorários, taxas e despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços fiscais, contábeis e de consultoria especializada, inclusive serviços de tesouraria prestados por instituições financeiras, sem limitação;
- (ix) parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo do ADMINISTRADOR ou do GESTOR no exercício de suas funções;
- (x) desde que aprovadas pela Assembléia Geral de Quotistas, despesas necessárias para a adequada análise e realização dos investimentos, mesmo que esses investimentos não sejam concluídos;
- (xi) quaisquer despesas inerentes à fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo, quando aplicável, e à realização de Assembléia Geral de Quotistas sem limitação;
- (xii) taxa de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira do Fundo, quando aplicável; e
- (xiii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos, quando aplicável.

**Parágrafo Primeiro - Outras Despesas.** Todas as despesas e custos necessários para as operações e atividades do Fundo, não relacionados expressamente nos incisos anteriores

correrão por conta do ADMINISTRADOR, salvo se decidido em contrário pela Assembléia Geral de Quotistas.

**Parágrafo Segundo - Despesas Iniciais.** Os gastos a que se refere o inciso (i) do *caput* deste artigo poderão ser arcados pelo ADMINISTRADOR ou pelo GESTOR, devendo ser reembolsados pelo Fundo ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR, conforme o caso, mediante apresentação dos comprovantes de despesas aprovado previamente pela Assembléia Geral de Quotistas, tão logo o Fundo disponha de recursos financeiros disponíveis, sendo que esses gastos não poderão exceder 1% (um por cento) do Patrimônio Comprometido.

## CAPÍTULO XII - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Artigo 33 - Escrituração Contábil.** O Fundo deve ter escrituração contábil própria, devendo as contas e demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas das do ADMINISTRADOR.

**Parágrafo Único - Exercício Social.** O exercício social do Fundo terá início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro de cada ano de seu prazo de duração.

**Artigo 34 - Demonstrações Contábeis.** As demonstrações contábeis do Fundo serão semestrais e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM, devendo ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

**Parágrafo Primeiro - Apuração de Ativos e Passivos.** Os ativos e passivos do Fundo, incluindo a sua Carteira de investimentos, serão apurados com base nos princípios gerais de contabilidade brasileiros, inclusive para fins de provisionamento de pagamentos, despesas, encargos, passivos em geral e eventual baixa de investimentos, em observância da Instrução CVM n.º 391/03, conforme alterada, aplicando-se subsidiariamente, e naquilo que não dispuser em contrário, a Instrução CVM n.º 438/06.

**Parágrafo Segundo - Apuração do Valor da Carteira.** Além do disposto no parágrafo anterior, a apuração do valor contábil da Carteira de investimentos do Fundo deverá ser realizada pelo GESTOR de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Valores Mobiliários sem cotação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado nos últimos 90 (noventa) dias serão contabilizadas pelo seu custo de aquisição (sendo que, na data de encerramento do Fundo, caso a Companhia Investida emissora do Valor Mobiliário esteja em processo de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, tal Valor Mobiliário será registrado a valor zero);
- (ii) Valores Mobiliários com cotações em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, serão avaliados pela cotação média dos últimos 30 (trinta) dias em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado;
- (iii) debêntures serão contabilizadas pelo valor do seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis* de acordo com a respectiva documentação de emissão; e
- (iv) títulos de renda fixa serão contabilizados de acordo com seu valor de mercado quando esta metodologia for aplicável, ou ajustados pelo rendimento decorrente da sua curva de rentabilidade (preço unitário da curva).

**Parágrafo Terceiro – Apuração do Patrimônio Líquido.** O patrimônio líquido do Fundo corresponderá à soma algébrica de seu disponível com o valor da Carteira de investimentos, mais os valores a receber, menos as suas exigibilidades.

**Parágrafo Quarto -** Somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da Carteira do Fundo.

**Artigo 35 - Disponibilização das Demonstrações Contábeis.** No prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada semestre, as demonstrações contábeis serão colocadas pelo ADMINISTRADOR à disposição de qualquer interessado que as solicitar.

**Artigo 36 - Elaboração das Demonstrações Contábeis.** A elaboração das demonstrações contábeis deverá observar as normas específicas baixadas pela CVM.



### **CAPÍTULO XIII - DA PUBLICIDADE E INFORMAÇÃO**

**Artigo 37 - Divulgação de Fatos Relevantes.** O ADMINISTRADOR do Fundo é obrigado a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso a informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar suas decisões quanto à permanência no Fundo ou, no caso de outros investidores, quanto à aquisição das Quotas, desde que tais informações não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo ADMINISTRADOR ou pelo GESTOR sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

**Parágrafo Primeiro** - A divulgação de informações de que trata o *caput* deste artigo será feita no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

**Artigo 38 - Informações Periódicas.** O ADMINISTRADOR deve remeter à CVM, se for o caso, e aos Quotistas, sem prejuízo de outras informações que venham a ser exigidas, as seguintes informações:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

(a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e

(b) número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados a partir do encerramento do semestre a que se referirem:

(a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;

- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM n.º 391/03, conforme alterada, e deste Regulamento;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto neste Regulamento, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de Valores Mobiliários integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto neste Regulamento, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

**Parágrafo Primeiro** - As informações prestadas pelo ADMINISTRADOR ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

**Parágrafo Segundo** - O ADMINISTRADOR deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

## **CAPÍTULO XIV - AUDITORIA DO FUNDO**

**Artigo 39 - Demonstrações Contábeis.** As demonstrações contábeis do Fundo devem ser auditadas, anualmente, por auditor independente registrado na CVM, observadas as normas que disciplinam o exercício da atividade.

**Artigo 40 - Liquidação do Fundo.** No caso de liquidação do Fundo, o auditor independente deve emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do patrimônio líquido do Fundo, compreendendo o período entre a data das últimas demonstrações contábeis auditadas e a data da efetiva liquidação do Fundo, manifestando-se sobre as movimentações ocorridas no período.

**Artigo 41 - Conversão de Valores.** Nos casos de incorporação, fusão ou cisão envolvendo o Fundo, o auditor deverá se manifestar sobre o parâmetro utilizado para as conversões dos valores das quotas dos fundos envolvidos em tais operações de incorporação, fusão ou cisão, bem como sobre o valor das quotas resultantes de tais operações.

**Artigo 42 - Parecer do Auditor.** O parecer do auditor independente relativo às demonstrações financeiras e o relatório sobre a análise da situação do Fundo deverão ser remetidos à CVM no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data do encerramento do exercício.

## **CAPÍTULO XV - DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO**

**Artigo 43 - Prazo de Duração.** O prazo de duração do Fundo é de 7 (sete) anos contados da Data de Início, prorrogáveis por até 2 (dois) anos, a critério da Assembléia Geral de Quotistas.

**Artigo 44 - Liquidação.** São hipóteses de liquidação do Fundo:

- (i) o término de seu prazo de duração, nos termos do artigo 43 acima;
- (ii) a deliberação da Assembléia Geral de Quotistas que determine sua liquidação;
- (iii) o fato de todos os Valores Mobiliários terem sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (iv) os demais casos previstos neste Regulamento e na legislação aplicável.

**Parágrafo Único - Comunicação à CVM.** A CVM deverá ser comunicada no prazo de 10 (dez) dias contados da Assembléia Geral de Quotistas que deliberar sobre a liquidação do Fundo.

**Artigo 45 - Forma da Liquidação dos Ativos.** A liquidação dos ativos será feita de uma das formas a seguir, conforme critério do GESTOR:

- (i) venda em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, no Brasil; e/ou;
- (ii) exercício, em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, de opções de venda, negociadas pelo GESTOR quando da realização dos investimentos, e/ou
- (iii) venda direta, de acordo com as premissas e condições estabelecidas pelo GESTOR.

**Parágrafo Único - Avaliação.** Com relação à liquidação dos ativos, o GESTOR poderá contratar serviços de avaliação para verificarem o valor total da Carteira do Fundo, com base no valor justo de mercado.

## **CAPÍTULO XVI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 46 - Situações de Conflito de Interesses.** O ADMINISTRADOR ou o GESTOR deverá informar aos Quotistas qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o Fundo. O Comitê de Investimento do Fundo deverá analisar as eventuais situações de conflito de interesses e aprovar ou rejeitar operações que envolvam tal conflito, ainda que potencial. O ADMINISTRADOR e o GESTOR agirão sempre de boa-fé e, em qualquer hipótese de potencial conflito de interesses, submeterão a matéria à aprovação do Comitê de Investimento.

**Artigo 47 - Operações envolvendo Conflito de Interesses.** Qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador (conforme abaixo definido), ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo ADMINISTRADOR ou pelo GESTOR, ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias

Investidas será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação do Comitê de Investimento. Serão consideradas partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata este Regulamento (“Partes Relacionadas do Administrador”):

- (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o ADMINISTRADOR ou o GESTOR detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social;
- (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do ADMINISTRADOR ou do GESTOR;
- (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e
- (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente.

**Artigo 48 - Material de Divulgação.** Qualquer texto publicitário para a oferta de Quotas, anúncio ou promoção do Fundo estará sujeito à aprovação por parte da CVM e não poderá divergir do conteúdo do presente Regulamento.

**Artigo 49 - Confidencialidade.** Os Quotistas e o ADMINISTRADOR e o GESTOR deverão manter confidencialidade e sigilo de todos os assuntos tratados durante as Assembléias Geral de Quotistas, até que tais assuntos e/ou deliberações sejam tornados públicos no curso das atividades do Fundo.

**Artigo 50 – Concordância com os termos do Compromisso de Investimento.** A subscrição de Quotas pelo investidor, ou a sua aquisição mediante operação no mercado secundário, configura, para todos os fins de direito, sua expressa ciência e concordância com todas as cláusulas do presente Regulamento, a cujo cumprimento estará obrigado a partir da assinatura do Compromisso de Investimento.

**Artigo 51 - Falecimento ou Incapacidade dos Quotistas.** Nos casos de falecimento ou incapacidade do Quotista pessoa física, ou de dissolução, liquidação ou falência de

Quotista pessoa jurídica, o representante do Espólio, o representante legal do Quotista declarado incapaz, o liquidante ou síndico da falência do Quotista pessoa jurídica, exercerá os direitos e satisfará as obrigações, perante o ADMINISTRADOR, que caibam ao Quotista falecido, declarado incapaz, dissolvido ou falido, observadas as prescrições legais.

**Artigo 52 - Exercício de Atribuições do Administrador e do Gestor.** O ADMINISTRADOR e o GESTOR exercerão as suas atribuições sempre de acordo com o disposto neste Regulamento, e com estrita observância da lei e das normas da CVM aplicáveis, agindo sempre de boa-fé e de acordo com os bons costumes empresariais com vistas a defender os melhores interesses do Fundo.

**Parágrafo Primeiro - Defesa do Administrador e do Gestor.** O Fundo deverá manter o ADMINISTRADOR e o GESTOR livres e isentos de qualquer exigência, demanda, pleito e/ou ação judicial de terceiros, originados ou de qualquer maneira decorrentes do exercício de suas atribuições, correndo por conta do Fundo todos os custos e despesas, incluindo honorários advocatícios, necessários à defesa do ADMINISTRADOR e do GESTOR.

**Parágrafo Segundo - Má-fé, Dolo ou Fraude.** O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos casos em que o ADMINISTRADOR ou o GESTOR, comprovadamente, praticar atos de gestão mediante má-fé, dolo, fraude, e/ou de maneira negligente, na forma do disposto na legislação e regulamentação em vigor, hipótese em que o ADMINISTRADOR ou o GESTOR obriga-se a indenizar integralmente e arcar com todos os custos eventualmente despendidos para a resolução de contendas jurídicas correlatas.

**Parágrafo Terceiro - Pessoas Ligadas.** Aplica-se o disposto neste artigo e seus parágrafos aos sócios, associados e colaboradores do ADMINISTRADOR e do GESTOR.

**Parágrafo Quarto - Descumprimento de Disposições Legais.** O descumprimento pelo ADMINISTRADOR e/ou pelo GESTOR, conforme o caso, das disposições consubstanciadas neste Regulamento, assim como da estratégia de investimento do Fundo, o sujeitará às sanções previstas na legislação e regulamentação em vigor.

**Artigo 53 - Vedação para concessão de Empréstimos ou Financiamentos.** É expressamente vedado ao Fundo atuar como instituição financeira, concedendo, a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, inclusive Quotistas, Companhias Investidas que componham sua Carteira de investimentos, suas controladas, coligadas e/ou controladoras, empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza, ou abrindo crédito sob qualquer modalidade.

**Artigo 54 – Co-Investimento.** O GESTOR poderá, a seu exclusivo critério, oferecer aos Quotistas do Fundo e a quaisquer terceiros interessados, a oportunidade de realizar investimentos juntamente com o Fundo em uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas ("Co-Investimento"). O GESTOR terá o direito de cobrar de cada co-investidor uma comissão de transação sobre o valor do Co-Investimento efetuado pelo co-investidor. Os procedimentos e prazos para aceitação e demais condições das ofertas de Co-Investimento a serem efetuadas serão estabelecidas detalhadamente pelo GESTOR, a seu exclusivo critério, quando da apresentação de cada investimento nas Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas ao Comitê de Investimento. Eventuais Co-Investimentos realizados por qualquer Quotista do Fundo não serão considerados como integralização de Quotas subscritas pelo referido Quotista no Fundo e não afetarão, de nenhuma maneira, a obrigação de integralizar Quotas subscritas pelo referido Quotista nos termos do respectivo Compromisso de Investimento.

**Artigo 55 – Comunicação entre Administrador, Gestor e Quotistas.** Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o ADMINISTRADOR e/ou o GESTOR e os Quotistas e entre o ADMINISTRADOR e/ou o GESTOR e o Comitê de Investimento.

**Artigo 56 – Solução de Conflitos.** Os conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão solucionados por meio de arbitragem a ser administrada pela Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("Câmara"), de acordo com o regulamento da Câmara ("Regulamento da Câmara"). A arbitragem será decidida por um tribunal arbitral sediado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituído por 3 (três) árbitros a serem nomeados nos termos do Regulamento da Câmara, devendo a parte requerente nomear um árbitro de sua confiança e a parte requerida nomear outro árbitro de sua confiança, sendo o terceiro árbitro, que presidirá os trabalhos, nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. Não será permitida a instauração de arbitragem multilateral, ou seja, de procedimento

arbitral composto por mais de dois pólos antagônicos entre si. Será, contudo, permitido haver mais de uma parte, pessoa física ou jurídica, em um dos pólos. Todo o procedimento arbitral será em língua portuguesa e serão aplicadas as leis brasileiras. Salvo quando de outra forma disposto na decisão arbitral, cada parte pagará os honorários, custas e despesas do árbitro que indicar, rateando-se entre as partes os honorários, custas e despesas do terceiro árbitro na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma. Caso haja mais de uma parte num dos pólos do procedimento arbitral, os honorários, custas e despesas alocados no referido pólo serão rateados de forma igual entre tais partes. Em face da presente cláusula compromissória acima referida, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida (i) ao tribunal arbitral (caso este já tenha sido instaurado) e cumprida por solicitação do tribunal arbitral ao juiz estatal competente, ou (ii) diretamente ao Poder Judiciário (caso o tribunal arbitral ainda não tenha sido instaurado), no foro da comarca onde a medida cautelar deva ser cumprida pela parte requerida.



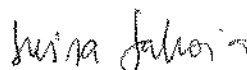
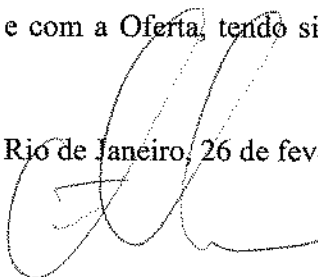
## **ANEXO III AO PROSPECTO**

### **Declaração do Administrador**

**DECLARAÇÃO**

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para administrar fundos de investimento, na qualidade de instituição administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES PRIVATE EQUITY BRAZIL MULTI-STRATEGY I** (“Fundo”) e responsável pela distribuição pública da primeira emissão de quotas do Fundo (“Oferta” e “Quotas”, respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) todas as informações fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, eventuais ou periódicas, e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iv) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2007



**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS  
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

José Carlos Lopes Xavier de Oliveira  
Diretor-Presidente

Luísa Saboia  
Procuradora